



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA  
CENTRO DE CÊNCIAS APLICADAS E EDUCAÇÃO  
CURSO DE LETRAS – LÍNGUA PORTUGUESA**

**A MEMÓRIA E ORALIDADE DO POVO POTIGUARA DO LITORAL NORTE DA  
PARAÍBA.**

**ÂNGELA SILVA DE LIMA**

**MAMANGUAPE-PB  
2023**

ÂNGELA SILVA DE LIMA

**A MEMÓRIA E ORALIDADE DO POVO POTIGUARA DO LITORAL NORTE DA  
PARAÍBA.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à  
Universidade Federal da Paraíba – Campus IV, em  
cumprimento aos requisitos para a obtenção do título  
de Licenciado em Letras/Língua Portuguesa.

Orientador/a: Prof. Dr. Sávio Roberto F. de Freitas

**Catálogo na publicação**  
**Seção de Catalogação e Classificação**

L732m Lima, Ângela Silva de.

A MEMÓRIA E ORALIDADE DO POVO POTIGUARA DO LITORAL  
NORTE DA PARAÍBA. / Ângela Silva de Lima. - Mamanguape,  
2023.

61 f. : il.

Orientação: Sávio Roberto F de Freitas.  
TCC (Graduação) - UFPB/CCAÉ.

1. Oralidade. Memória. Povo Potiguara. Litoral  
Norte. I. Freitas, Sávio Roberto F de. II. Título.

UFPB/CCAÉ

CDU 39 (=1-82)

**ÂNGELA SILVA DE LIMA**

**A MEMÓRIA E ORALIDADE DO POVO POTIGUARA DO LITORAL NORTE DA  
PARAÍBA.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à  
Universidade Federal da Paraíba – Campus IV, em  
cumprimento aos requisitos para a obtenção do título  
de Licenciado em Letras/Língua Portuguesa.

Orientador/a: Prof. Dr. Sávio Roberto F. de Freitas

Aprovado em 06 de junho de 2023.

**BANCA EXAMINADORA**

*Sávio Roberto F. de Freitas*

---

Prof.(a) Dr. Dr. Sávio Roberto F. de Freitas  
(Orientador/a – UFPB)

*Sayonara S. da Costa*

---

Profa. Dra. Sayonara Souza da Costa  
(Examinador 1- UFPB)

*Joranaide Alves Ramos*

---

Prof. Ma. Joranaide Alves Ramos  
(Examinador 2- UNIRIOS )

## **DEDICATÓRIA**

Dedico este trabalho aos Povos Originários, de modo especial ao Povo Potiguara da Paraíba, a qual pertenço, na pessoa da minha bisavó Edite Maria Conceição de Lima (in memoriam) Potiguara é guerreiro!

## AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Tupã por ter fortalecido os meus passos durante a minha trajetória no curso e por ter colocado pessoas importantes na minha vida, sempre senti o Seu amor e cuidado, pois a cada passo, colocastes pessoas para auxiliar-me nessa caminhada de aprendizados constantes que é a vida. “Seja forte e corajoso! Não se apavore nem desanime, Pois o Senhor, o teu Deus, estará com você por onde você andar” (Josué 1:9).

Ao padroeiro dos Potiguara, São Miguel Arcanjo por interceder pela minha vida e combater o bom combate por mim, assim como a gloriosa Santa Rita de Cássia, santa das causas impossíveis, que em meio as dificuldades que surgiram ao decorrer da elaboração do trabalho, mostrou-me que tudo daria certo, sanando as minhas angústias.

À minha mãe Terezinha Pontes Silva de Lima por estar sempre apoiando os meus sonhos e sendo meu alicerce, não tenho palavras para agradecer tudo o que a senhora fez e faz por mim e meus irmãos, o apoio da senhora foi de suma importância para a elaboração do trabalho, através das suas palavras, abraços e gestos de apoio, consegui chegar até aqui.

Ao meu pai Marcelo Balbino de Lima que apesar dos pesares sempre esteve apoiando os meus sonhos e incentivando a prosseguir, mesmo trabalhando em outro estado, motivou-me a buscar pelos meus sonhos.

Aos meus avós maternos, a quem chamo de pai e mãe, Maria Ivete de Pontes e Severino do R. F. da Silva, obrigada por estarem sempre ao meu lado, auxiliando sempre que necessário, fui abençoada com avós/pais que estão sempre a fazer o possível e impossível por mim, vocês são fonte de força e inspiração, não só para mim, mas para toda a família.

Ao meu irmão Neto Potiguara que sempre esteve influenciando a minha permanência na luta indígena e na universidade, você é fonte de inspiração para mim, o primeiro mestre da família, quero seguir os seus passos. Obrigada por acreditar em mim, assim como por sempre dizer *“estou como você para o que der e vier... eu confio em você e no seu potencial”*

Ao meu pequeno grande homem, meu irmão mais novo Pedro Miguel, a minha fonte de força diária, aquele que mesmo sem saber, é o meu motivo para buscar os meus anseios e com o seu jeito de criança, sempre motivava a minha busca pela finalização do curso.

Ao meu namorado Thierry Padilha Freire Vieira que sempre esteve auxiliando-me e motivando-me a continuar no curso, inspiração de luta e pertencimento do nosso povo, obrigada por ouvir as minhas lamentações e inseguranças, assim como pelas palavras de apoio *“dará certo... você consegue... é só uma fase e logo passará”*

Ao meu tio/padrinho Ricardo Pontes, que sempre esteve presente na minha vida nos dias bons e ruins, disposto a levantar-me sempre que necessário com palavras e atitudes de apoio.

Aos meus familiares, amigos e afilhados(os), vocês fazem parte dessa conquista.

De modo especial, aos meus antepassados e parentes Potiguara-PB, que são a minha inspiração central.

A amiga Júlia Patrícia, aquela que estava comigo desde a matrícula do curso, enfrentando as dificuldades com transportes, levando chuva e correndo perigo. Obrigada pelo incentivo durante o curso e processo de escrita, tenho certeza que os Deuses te colocou em meu caminho pois sabia que precisaria de mais uma incentivadora, levarei sua amizade até a eternidade.

Ao amigo Sérgio Ricardo que esteve ao meu lado desde o primeiro período, principalmente nessa reta final de curso, aquele que ouvia as minhas inseguranças, revisava o meu trabalho, pesquisava e enviava trabalhos que auxiliassem a minha pesquisa e estava sempre a dizer “*calma, dará certo, você consegue*”, até mesmo quando duvidei que daria conta, você me acalmava com conselhos e palavras amigas, obrigada por todo apoio que você me deu, sua amizade é daquelas que devemos guardar para sempre.

A minha amiga Raquel Jenipapo Kanidé, que chegou na minha vida como um presente dos encantados, tenho certeza que foram eles que cruzaram os nossos caminhos, aquela que estava sempre a falar que tudo daria certo, mandando energias positivas.

Ao amigo Climério Anacé, pelas palavras de incentivo, confiança e pelas energias positivas direcionadas para a minha pesquisa.

Ao meu orientador que direcionou os meus passos ao longo desses meses, aquele que tive a certeza que seria meu orientador no primeiro contato que obtive com ele, o senhor foi essencial para a conclusão do trabalho, pois quando pensei que não iria conseguir e a melhor opção seria trancar, as suas palavras acalmaram a minha alma.

Como também, não poderia deixar de agradecer aos anciões Manoel Eufrásio (Seu Nel) e Antonio Pessoa (Caboquinho) e anciã Nilda Potiguara (in memoriam) por dividir os seus saberes do nosso Povo com o Projeto Narrativas Potiguara, através das suas entrevistas tive mais certeza que a fala dos anciões deveria estar presente no meu trabalho de conclusão de curso, bem como pela disponibilização que sempre ofertaram para a minha pesquisa.

*“Quando conhecemos mais sobre o nosso Povo, conhecemos a nós mesmos!” (Ângela Potiguara)*

As colegas e orientador Antonio Alberto do projeto Narrativas Potiguara, por contribuírem significativamente para o desenvolvimento de meu trabalho, pois o projeto foi um ponto essencial para o desenvolvimento do mesmo.

A OJIP (Organização do Jovens Indígenas Potiguara da Paraíba) foi através desta organização que iniciei a minha trajetória no movimento indígena, de modo especial, a Cristina Potiguara, integrante da OJIP, sempre esteve a dividir seus conhecimentos comigo, assim como confiou no meu potencial de representar o nosso Povo, *a base está vindo forte!*

Aos colegas que o curso de Letras me proporcionou, não irei nominá-los para não esquecer nenhum nome.

Enfim, tenho diversos motivos para agradecer, chegar até aqui não foi fácil, pensei em desistir, bem como não ser capaz de concluir, mas, Tupã (Deus) me presenteou com diversas pessoas que estavam sempre a incentivar-me e falar da minha capacidade, verdadeiros anjos enviados pelo Senhor.

*Asé o-ar*

*Asé o-îkobé*

*Asé o-manõ*

*Îandé anama-te*

*O-î-kobé kó yby-pe auîemanhe-ne.*

*( Nel Potiguara)*

## RESUMO

A história do Brasil e a representação dos Povos Indígenas foram influenciadas por relações de poder que negligenciaram a contribuição e a perspectiva dos Indígenas, impondo a cultura dos invasores, apagando elementos culturais fundamentais. No entanto, nas últimas décadas, os indígenas têm assumido a voz narrativa, reivindicando sua história e se tornando sujeitos, autores e criadores de seu legado cultural. Nesta pesquisa, o objetivo é mostrar como a memória do Povo Potiguara permanece viva por intermédio da oralidade. Para isso, foram analisadas a importância das vozes anciãs dos Povos Indígenas na construção da história do Brasil, as dinâmicas de controle e produção da história, e a transmissão de memória pela oralidade. A metodologia utilizada incluiu revisão bibliográfica sobre a transmissão de memória pela oralidade, revisão legislativa sobre a questão indígena no Brasil e pesquisa de campo com entrevistas realizadas com os anciões e anciã Potiguara. Diante do exposto, pode-se concluir que a elaboração de leis que garantem os direitos dos Povos Indígenas, como a educação diferenciada, é um passo importante para a valorização e preservação das culturas indígenas. No caso específico dos Potiguara, a criação de escolas indígenas trouxe avanços significativos no processo de formação das novas gerações, possibilitando o contato direto com a cultura e os saberes ancestrais. A literatura oral desempenha um papel fundamental na preservação da cultura, história e identidade dos Povos Originários. No entanto, a evolução tecnológica e os desafios enfrentados pelas comunidades indígenas representam ameaças à continuidade da tradição oral. É importante reconhecer a importância da literatura indígena contemporânea na reafirmação da identidade e na luta pela preservação cultural. O silenciamento e a marginalização dos Povos Indígenas na história literária brasileira revelam a necessidade de desconstruir estereótipos e superar visões colonizadoras.

Palavras-chave: Oralidade. Memória. Povo Potiguara. Litoral Norte da Paraíba.

## ABSTRACT

The history of Brazil and the representation of Indigenous Peoples have been influenced by power relations that have neglected the contribution and perspective of Indigenous peoples, imposing the culture of invaders and erasing fundamental cultural elements. However, in recent decades, Indigenous peoples have taken on the narrative voice, reclaiming their history and becoming subjects, authors, and creators of their cultural legacy. This research aims to show how the memory of the Potiguara People remains alive through orality. To this end, the importance of the voices of Indigenous elders in the construction of Brazil's history, the dynamics of control and production of history, and the transmission of memory through orality were analyzed. The methodology used included a literature review on the transmission of memory through orality, a legislative review on the Indigenous issue in Brazil, and field research with interviews conducted with Potiguara elders. Based on the foregoing, it can be concluded that the development of laws that guarantee the rights of Indigenous peoples, such as differentiated education, is an important step towards the valorization and preservation of Indigenous cultures. In the specific case of the Potiguara, the creation of Indigenous schools has brought significant advances in the process of educating new generations, enabling direct contact with ancestral culture and knowledge. Oral literature plays a fundamental role in preserving the culture, history, and identity of Indigenous Peoples. However, technological advancements and challenges faced by Indigenous communities pose threats to the continuity of oral tradition. It is important to recognize the significance of contemporary Indigenous literature in reaffirming identity and advocating for cultural preservation. The silencing and marginalization of Indigenous Peoples in Brazilian literary history reveal the need to deconstruct stereotypes and overcome colonizing views.

**Keywords:** Orality, Memory, Potiguara, North Coast of Paraíba.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Mapa das TIs Potiguara.....	13
Figura 2 – Vista parcial da cidade de Baía da Traição.....	15
Figura 3 – vista da praia da aldeia forte.....	28
Figura 4 – ruínas da igreja de são Miguel.....	29
Figura 5- Toré realizado na Baía da traição.....	30
Figura 6 – vista aérea da fábrica Rio Tinto.....	31
Figura 7 – palacete dos Lundgren.....	31
Figura 8 – representação dos povos originários.....	34
Figura 9- Toré com a presença de anciões e anciãs Potiguara para a abertura da semana da conscientização indígena..	38
Figura 10 – Pajé ensinando aos curumins tudo sobre a nossa cultura.....	42
Figura 11 – Entrevista com ancião.....	45
Figura 12 – Integrantes e ancião Nel nas ruínas de São Miguel.....	47
Figura 13 – Momento que a aluna Ângela S. de Lima, pinta o ancião antes de iniciar a entrevista.....	49
Figura 14 - Ancião Caboquinho Potiguara.....	52
Figura 15 – Caboquinho recebe o título Doutor Honoris Causa pela UFPB.....	53
Figura 16 – Anciã Maria Nilda Faustino Batista, Nilda Potiguara.....	54
Figura 17 – Ancião Manoel Eufrásio Rodrigues, Nel Potiguara.....	55

## SUMÁRIO

	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>12</b>
<b>1</b>	<b>CONTEXTO HISTÓRICO DO POVO POTIGUARA DA PARAÍBA .....</b>	<b>14</b>
1.1	A LEI Nº 11.645/2008 .....	20
1.2	APÓS A LEI .....	25
<b>2</b>	<b>A LITERATURA DE TRADIÇÃO ORAL E O PROJETO NARRATIVAS POTIGURADA: A COMPREENSÃO DE ANCESTRALIDADE, TERRITÓRIO E NATUREZA POR ANCIÃOS E ANCIÃS POTIGUARA .....</b>	<b>28</b>
2.1	LITERATURA ORAL .....	28
2.2	LITERATURA ORAL POR INTERMÉDIO DAS NARRATIVAS NOS POVOS ORIGINÁRIOS .....	30
2.3	O PROJETO NARRATIVA POTIGUARA .....	35
<b>3</b>	<b>VOZES ANCIÃS DO POVO POTIGUARA COLETANDO MEMÓRIAS, (RE)CONSTRUINDO IDENTIDADES.....</b>	<b>40</b>
3.1	QUEM SÃO OS ANCIÕES ENTREVISTADOS .....	40
3.2	A RELAÇÃO DOS POTIGUARA COM A NATUREZA .....	45
3.3	A PERPETUAÇÃO DA CULTURA POTIGUARA POR MEIO DA ORALIDADE NOS DIAS ATUAIS.....	49
	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>56</b>
<b>6</b>	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>58</b>
	<b>APÊNDICE.....</b>	

## INTRODUÇÃO

A construção da história do Brasil e a representação dos Povos Indígenas têm sido pautadas por relações de poder que influenciam a produção e o controle da verdade. Durante séculos, a história oficial contada pelos colonizadores negligenciou a contribuição e a perspectiva dos Povos Originários, impondo sua cultura e apagando elementos fundamentais das culturas indígenas.

No entanto, nas últimas décadas, os próprios indígenas têm assumido a voz narrativa, reivindicando sua história e se tornando sujeitos, autores e criadores de seu legado cultural. Essa busca por autonomia e reconhecimento se reflete na legislação brasileira, como a lei 11.645/2008, que recomenda o ensino da história e cultura dos Povos Originários nas instituições educacionais.

Entretanto, a implementação efetiva dessa lei ainda enfrenta resistências e desafios, revelando a persistência de uma visão equivocada e preconceituosa na sociedade brasileira. Nesse contexto, as perspectivas de Michel Foucault sobre o poder e a verdade são relevantes para compreender as dinâmicas presentes na construção da história indígena e a necessidade de dar voz e espaço aos povos originários, a fim de desafiar as verdades estabelecidas pelos colonizadores e promover uma narrativa mais autêntica e inclusiva da história do Brasil.

Sendo assim, a motivação pela pesquisa, surge inicialmente pelo fato de pertencer ao Povo Potiguara e por participar de ações de fortalecimento cultural, considerando, o anseio de propagar a cultura e luta do Povo Potiguara, que se torna mais evidenciada na fala dos nossos troncos velhos (anciões). Ouvir a história de luta de cada um, nos mostra que devemos continuar lutando para fortificar ainda mais a nossa cultura.

É fundamental pontuar que, ao adentrar o meio acadêmico, detinha a certeza que teria que repassar a história de luta e resistência do meu povo, os meus trabalhos acadêmicos deveriam dar voz ao povo conhecido como guerreiro, que está sempre disposto a lutar.

Quebrar a visão repassada pelo “colonizador” é essencial para perpassar a visão do “colonizado”. O Brasil não foi descoberto, ele foi invadido, antes de chegarem até as terras brasileiras os Povos Indígenas já habitavam esse país. Os Potiguaras incluem-se nesses Povos, habitando o litoral paraibano até os dias atuais. Assim, esses foram os principais condicionantes para a realização da pesquisa.

A partir desse contexto, o objetivo da pesquisa é mostrar como a memória do Povo Potiguara permanece viva pela oralidade. Para tanto, fez-se necessário analisar a importância da voz narrativa dos povos indígenas na construção da história do Brasil, compreender as dinâmicas de controle e produção da história, evidenciando a necessidade de dar voz e espaço

aos povos originários para desafiar as verdades estabelecidas pelos colonizadores e identificar a transmissão de memória pela oralidade.

A pesquisa baseou-se no estudo bibliográfico a qual os principais teóricos utilizados foram Benjamin (1985), Palitot e Albuquerque (2002), Munduruku (2005), Barcellos (2014) e Krenack (2018) em triangulação com atividades de campo, afim de captar de forma detalhada os fenômenos e elementos subjetivos que envolvem as questões do objeto que norteou o estudo. Para tanto, foram realizadas entrevistas, bem como, aplicação de questionário semiestruturado.

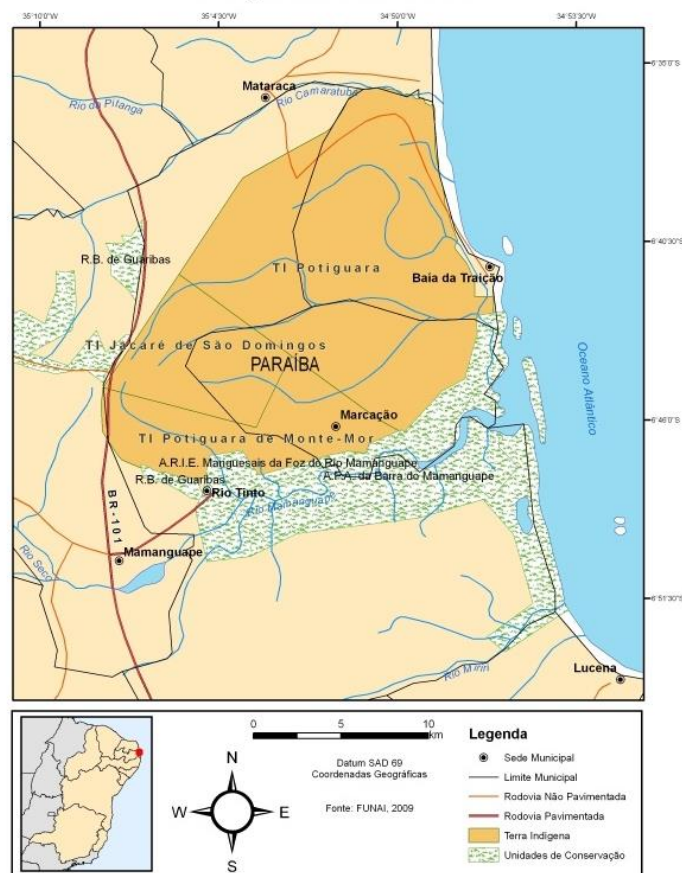
Sendo assim, a pesquisa divide-se em três capítulos, sendo o primeiro Contexto Histórico do Povo Potiguara da Paraíba, retratando sobre aspectos históricos, a luta e resistência do Povo Potiguara, abordando a real história do processo de invasão do Território Potiguara, detendo como subtópicos A Lei de nº 11645/2008 e Após a Lei, explanando os principais avanços adquiridos por intermédio da lei, bem como os pontos que necessitam de ajustes. O segundo capítulo, A Literatura de Tradição Oral e o Projeto Narrativas Potiguara: A Compreensão de Ancestralidade, Território e Natureza por Anciões e Anciãs Potiguara, dividido em três subtópicos, ao qual o primeiro é abordado aspectos da Literatura Oral de forma mais ampla, o segundo a interligação da Literatura Oral e os Povos Indígenas, correlacionando e descrevendo a importância da literatura para a permanência sociocultural dos Povos Originários, e por fim, o terceiro subtópico é apresentado o Projeto Narrativas Potiguara, a qual participei como aluna bolsista, nesse subtópico abordamos sobre o desenvolvimento, execução e relevância do projeto para a população indígena. O terceiro capítulo, denominado Vozes Anciãs do Povo Potiguara Coletando Memórias, (Re)construindo Identidades, é dividido em três subtópicos, o primeiro Quem são os anciões entrevistados, promovendo uma breve biografia dos anciões, afim de situar o leitor sobre quem são, quais contribuições e importância do ancião(ã) entrevistado, posteriormente, no segundo tópico, denominado A Relação dos Potiguara com a Natureza, traz perspectiva da relevância da natureza, da mãe terra para os Povos Indígenas, de modo especial, para os Potiguara da Paraíba, no últimos subtópico, A Perpetuação da Cultura Potiguara por meio da Oralidade nos dias atuais, realiza-se uma análise das entrevistas e das respostas obtidas pelo questionário, ambas desenvolvidas em junção aos anciões, interligando trechos desses materiais a perspectivas de críticos da literatura oral, afim de mostrar que a Literatura Oral está diretamente interligada aos Povos Originários, bem como contribui para a (re)construção sociocultural dos Potiguara da Paraíba.

## 1 CONTEXTO HISTÓRICO DO POVO POTIGUARA DA PARAÍBA

O Povo Potiguara da Paraíba, reside no litoral norte da Paraíba, mais precisamente nas cidades de Baía da Traição, Marcação e Rio Tinto. Segundo o Distrito Sanitário Especial Indígena Potiguara – DSEI/PB, a população Potiguara é de uma estimativa de 22 mil indígenas o que faz do Povo Potiguara o maior Povo Indígena do Nordeste e um dos maiores do Brasil (figura 1) e um Território Indígena Potiguara (TIP) dividindo-se em trinta e duas aldeias, totalizando 33.757 hectares de terra. As Terras Indígenas (TIs) são divididas em três, a Terra Indígena Potiguara, Terra Indígena de Jacaré de São Domingos e a Terra Indígena de Monte-Mor (TI Potiguara, TI de São Domingos e TI de Monte-Mor).

Sabemos que a população Potiguara já foi bem maior, mas a invasão europeia e todo o processo de colonização que foi desenvolvido no Brasil proporcionou um derramamento de sangue que exterminou diversos indígenas, tendo em vista que estes obtiveram contato direto com os invasores do Brasil, de início os portugueses e holandeses.

**Figura 1 – Mapa das TIs Potiguara.  
Terra Indígena Potiguara/Jacaré de São Domingos/  
Potiguara de Monte-Mor**



Fonte: [Povo indígena Potiguara – Os Brasis e suas Memórias](#), acesso em 15/03/2023.

Potiguara, que significa na Língua Tupi comedores de camarão, segundo Silva Neto (2022) que citou Cardoso e Guimarães (2012), é um dos únicos povos indígenas que vivem em seu território desde a chegada dos invasores, há mais de 500 anos. Cartas enviadas ao rei de Portugal afirmavam a presença dos “índios” Potiguara de São Miguel em Acajutibiró,

Ao longo do litoral paraibano, entre os  $1^{\circ}34'55''$  e os  $1^{\circ}35'418''$  de longitude oeste, e os  $06^{\circ}36,5'$  e os  $06^{\circ}47,5'$  de latitude sul, sobrevivem na atualidade cerca de 3.000 Potiguáras, em terras da reserva indígena que substituiu a antiga sesmaria dos índios potiguaras de São Miguel em Acajutibiró, doada pelo rei de Portugal no início do século XVIII. Delimitado por numerosos marcos de forma triangular que trazem em relevo a letra "R", com 24 cm de altura, o território indígena pelo norte margeia o rio camaratuba, desde próximo à foz do riacho Água Fria, seu afluente, até a desembocadura no Oceano Atlântico, numa extensão aproximada de 22,5 km. Pelo leste a fronteira é o mar, da foz do camaratuba à barra do Mamanguape, e com cerca de 18 km de costa. Ao sul, a divisa da reserva estende-se por aproximadamente 22 km, "çia barra do Mamanguape ao marco de canto que está fincado em um desvio de caminho da volta da estrada que vai para Jacataú, sendo na beira dessa estrada, lado sul, e dista do caminho ou estrada e cemitério do antigo lugar Maria Pitanga aproximadamente 700 braças". A oeste, a linha demarcatória parte desse último marco de canto citado "retamente do sul para norte numa extensão de 9 km, até as margens do Camaratuba" (AMORIM, 1971).

Como podemos observar na descrição realizada por Amorim, o mesmo se remete as terras Potiguara, falando das riquezas ali existentes. O território Potiguara de São Miguel (padroeiro do Povo Potiguara-PB) como já era dito nesse período, hoje é denominada Baía da Traição. Segundo Palitot e Albuquerque, (2002, p.137) os Potiguaras habitavam a costa nordestina, o que reafirma a permanência dos Potiguaras da Paraíba na mesma localidade, como destacavam os cronistas que descreviam o território Potiguara

[...] um território que se estendia pela costa nordestina entre as atuais cidades de João Pessoa (capital da Paraíba), e Fortaleza, no Ceará. Na Paraíba, ocupavam o Litoral Norte, principalmente no vale do rio Mamanguape, da baía da Traição até a serra da cupaoba – atual Serra da Raiz – onde possuíam, de acordo com os cronistas portugueses, 50 aldeias.

Segundo Mendonça, Nascimento e Barcellos “A insistência em permanecer no mesmo território durante séculos, revela de certa forma, a resistência dos Potiguara como grupo social organizado, cujos atores sociais se definem pela bravura e pela sua estrutura mítica e imaginária que ainda se percebe no presente” isso nos mostra que esse Povo esteve sempre a lutar pelos seus direitos. Vale destacar que na contemporaneidade, os Potiguara são referência nacional e internacional na luta pela garantia dos direitos dos Povos Originários.

**Figura 2** – Vista parcial da cidade de Baía da Traição



Fonte: Glebson Vieira, 2001. [Potiguara - Povos Indígenas no Brasil \(socioambiental.org\)](http://socioambiental.org), acesso em 16/03/2023.

O processo colonizador deixou marcas sociais/culturais, presentes não apenas na língua falada pelo povo que habita a região. Ao percorrermos a praia da foto acima, que está localizada na aldeia Forte na cidade da Baía da Traição, notamos a presença de tocos, que segundo anciões eram utilizados para atracarem os navios, outro ponto que relembra esse período são os canhões na referida localidade, as ruínas de São Miguel que está localizada na aldeia São Miguel. Outra marca do processo invasivos da TIs Potiguara é o nome Baía da Traição, que hoje é cidade, anteriormente, como podemos observar nas descrições abordadas, o território Potiguara era denominado Akajutibiró, que na língua Tupi (língua maternas do Potiguara-PB) significa cajueiro bravo.

A denominação que envolve o nome de Baía da Traição a este território, é repleto de histórias. Inicialmente, afirmava-se que os Potiguara eram traidores, visão esta, dos portugueses, considerando a aliança fomentada por uma portagem do povo Potiguara para com os Holandeses, o que proporcionou uma fragmentação no seio da etnia, resultando em conflitos. Diversos indígenas perderam a vida nesse período, outros foram condicionados a sair do território com os Holandeses, a exemplo de Pedro Poti, que passou anos distante do território devido ao cenário de massacre emergido a partir dos embates promovidos pelas nações europeias, tendo em vista, a conquista das terras indígenas.

Vale ressaltar que, a história contada acima é uma das possibilidades da origem do nome que hoje denomina a cidade de Baía da Traição, outras versões<sup>1</sup> são contadas por historiadores, mas, ao analisarmos percebemos que apesar de serem versões distintas, o “EU” Potiguara é sempre abordado como traidor. A palavra Traição está referenciando em todas as versões a uma traição dos indígenas, ou seja, os Potiguaras foram considerados traidores, o que é notório em todos os relatos promovidos pelos invasores e subsequentemente, materializados nos livros de história ofertados em décadas anteriores pelas instituições de ensino como principais arcabouços teóricos. São relatos que, deturpam a real história, posicionando os Povos Originários, como opressores.

**Figura 3** – Vista da praia da aldeia Forte



Fonte: [Equipe Tubarão Branco: Baía da Traição- PB \(equipetb.blogspot.com\)](http://equipetb.blogspot.com), acesso em 15/03/2023.

Os canhões localizados na aldeia Forte foram construídos pelos Franceses, como mostra a figura 3, em estratégia para defender-se de possíveis ataques. O local fica numa parte alta da aldeia, conhecida naquele período por Alto do Tambá, nome este que referenciava a estrutura do local. As barreiras presentes na aldeia proporcionavam uma vista privilegiada, facilitando a observação do território, como podemos observar na descrição de Freire Maria (1985)

O forte da Baía da Traição – Os franceses, visando ao tráfico do pau-brasil, fundaram uma feitoria na Baía da Traição, que era o ponto de convergência de todo o madeiramento abatido naquela região. Construíram também o fortim para a sua segurança. Estas edificações foram destruídas por Martim Leitão na época da conquista da Paraíba. Posteriormente, por determinação real, foi instalada um forte no local ainda hoje denominado de Forte.

---

<sup>1</sup> De acordo com os anciões, uma das versões da origem do nome Baía da Traição relata que os Potiguara que habitavam a região, montavam armadilhas, as quais, deixavam mulheres do Povo a vista, no intuito de chamar a atenção dos invasores, que eram atraídos e atacados pelos integrantes do Povo ao chegar a faixa de areia.

Como podemos observar nas descrições feitas pelos invasores, percebe-se que o território Potiguara chamava atenção pela vasta riqueza que se tinha, tendo em vista que as terras eram ricas em pau-brasil, madeira muito comercializada no período colonial, o fácil acesso a área litorânea banhada pelo mar e pelos rios, o que propiciava diversos benefícios para a exploração de recursos.

**Figura 4** - Ruínas da igreja de São Miguel



Fonte: [Ruínas da Igreja da Aldeia de São Miguel será restaurada com investimentos de R\\$ 3 milhões | Portal Baía da Traição \(portalbaiadatraicao.com.br\)](https://portalbaiadatraicao.com.br), acesso em 15/03/2023.

Com isto, afirmamos que o contato que os indígenas Potiguara obtiveram com os invasores, gerou diversas lacunas sociais, culturais, religiosa, linguísticas que refletem até os dias atuais na população. Por muito tempo, tivemos acesso a história do colonizador, pois, apesar da criação de leis que garantiam os direitos dos Povos Originários, as instituições educacionais só ofertavam o ensino da história do colonizador, nunca se expôs a “voz” do “colonizado”. Felizmente essa realidade está alterando-se por meio de uma luta contínua. Atualmente, livros didáticos, trabalhos acadêmicos, possibilitam a visibilidade ao ser indígena, e por meio deles obtemos acesso a história contada por seu Povo.

**Figura 5** – Toré realizado na Baía da Traição. Foto: Tiuré, 1981.



Fonte: [Potiguara - Povos Indígenas no Brasil \(socioambiental.org\)](http://Potiguara - Povos Indígenas no Brasil (socioambiental.org)), acesso em 15/03/2023.

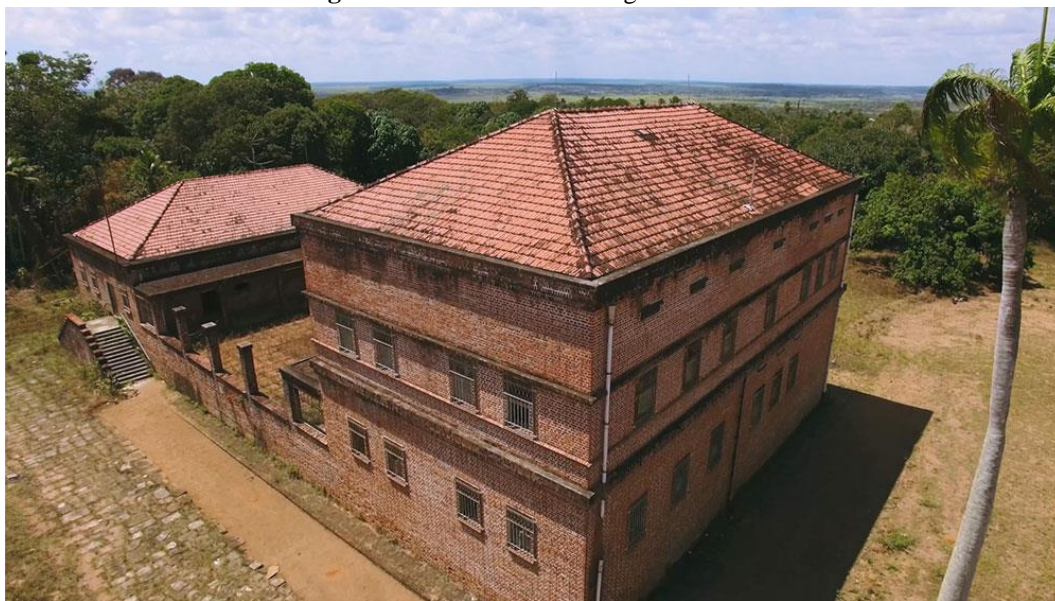
A luta Potiguara não é marcada apenas no período colonial, anos depois, mais precisamente no século XX a população enfrentou novos invasores. No ano de 1917, descendentes da família Lundgren compraram uma área de 6001 quilômetros quadrados, sendo que parte do local pertencia a aldeia Potiguara Jaraguá, deixando moradores desabrigados. A fábrica de tecidos da família (Fábrica Rio Tinto) se tornou uma das maiores da América do Sul.

Os Potiguara carregam consigo uma história de luta que iniciou no século XVI e que se perpetuou até final do século XXI, configurando-se em novas formas de domínios sobre o seu território, divididos em quatro ciclos de dominação de grupos econômicos que se instalaram em suas terras para investirem no capital estrangeiro e renderem lucratividade no negócio do açúcar e na confecção de tecidos (BARCELLOS, 2014).

**Figura 6** – Vista aérea da fábrica de Rio Tinto.



Fonte: [Os Invasores do Século XX - Trilhas dos Potiguaras](http://Os Invasores do Século XX - Trilhas dos Potiguaras), acesso em 15/03/2023

**Figura 7 – Palacete dos Lundgren**

Fonte: [Os Invasores do Século XX - Trilhas dos Potiguaras](#), acesso em 15/03/2023.

O Povo Potiguara enfrenta até os dias atuais uma luta pela garantia das suas terras, a demarcação do seu território. Uma considerável parte do território Potiguara já são demarcadas e homologadas, faltando apenas as terras de Monte Mor obter a homologação de suas terras. O processo de homologação não foi fácil, tendo em vista que os poderes governamentais alegavam que na Paraíba não existia indígenas. Tal cenário modificou-se por intermédio de Thereza Baumann, que através dos seus relatórios afirmava que na Paraíba existia indígenas, o Povo Potiguara, que habitava o seu território desde o período invasivo do Brasil, Baumann reuniu diversos relatos, incluindo cartas do período de invasão, que descreviam as terras de Baía da Traição, que era povoada pelos indígenas. A luta dos Povos Indígenas pela garantia das suas terras é um meio de garantia, pois com o direito a terra, o indígena pode perpassar a sua cultura, o que possibilita uma manutenção cultural.

### 1.1 A LEI Nº 11.645/2008

As instituições educacionais abordaram equivocadamente o ensino de história, sobretudo a história do nosso país, os livros disponibilizados para os alunos traziam a perspectiva do “colonizador”, sempre estudávamos que o Brasil foi descoberto pelos portugueses, sendo que o país já era habitado por diversos Povos Indígenas. Mas, graças a movimentos populares desenvolvidos pelos próprios indígenas, estudiosos e defensores da causa dos Povos Originários, aos poucos modifica-se o cenário dos estudos sobre os PO.

As mudanças que ocorreram no processo de educação escolar, para chegar à forma como conhecemos hoje, são resultados da ação e pressão dos movimentos sociais e de

suas frentes de lutas políticas frente ao governo para conseguir sua inserção e adoção como diretriz nacional. (BARBOSA, 2019, P. 20)

Com o acesso à cultura do homem branco, os indígenas brasileiros foram impulsionados a adequar-se aos aspectos culturais do colonizador, um exemplo claro é o uso da língua portuguesa, língua que não é de origem indígena, tal aspecto está presente nas TIP, isto se deu pelo contato direto com o processo invasivo das Terras Indígenas de Pindorama, bem como pela imposição do invasor o que vem sendo trabalhado nas três cidades, por meio do ensino diferenciado o que é garantido pela Constituição de 1988 e pela Lei de Diretrizes e Bases (LDB), esta lei é um dos pontos que marcam o início de uma tentativa de descolonizar o ensino que os Povos Originários recebiam, pois as instituições escolar indígena não possuem uma autonomia real, tendo em vista que, deve-se seguir o “modelo” de ensino direcionado pelos poderes governamentais, podendo haver uma adequação para aproximar da realidade do aluno. Souza (2018) destaca que:

Educação Escolar Indígena, intercultural, bi/multilíngue, estão entre o conjunto de políticas ofertado pelo governo brasileiro, após a Constituição de 1988, juntamente com saúde diferenciada, projetos culturais, desenvolvimento e segurança alimentar nas terras indígenas. Oriundo de reivindicações dos Povos Indígenas, essa Modalidade de Ensino é considerada um dos grandes avanços entre as ações do governo brasileiro nos últimos 20 anos, embora estejamos muito longe da quantidade de escolas e da qualidade dos currículos escolares que sonhamos e desejamos para nossas aldeias, malocas e comunidades. (SOUZA, 2018, p.58)

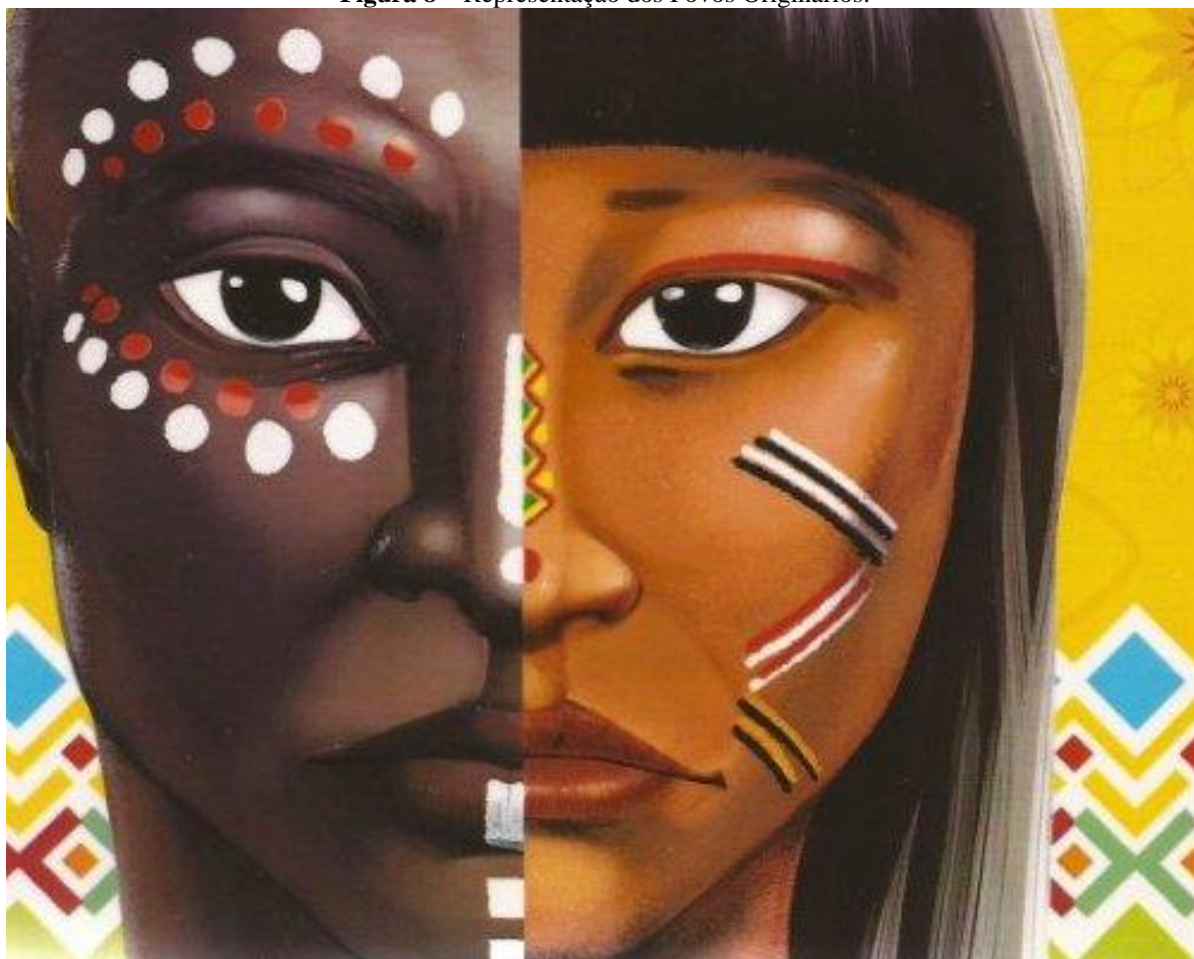
Com a implementação destas leis, obtemos o início da inserção da perspectiva de ensino diferenciado, da implementação de políticas públicas que garantam direitos básicos para os Povos Originários obterem acesso a uma educação diferenciada e de qualidade.

Os Povos Indígenas têm direito a uma educação escolar específica, diferenciada, intercultural, bilíngue/multilíngue e comunitária, conforme define a legislação nacional que fundamenta a Educação Escolar Indígena. Seguindo o regime de colaboração, posto pela Constituição Federal de 1988 e pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), a coordenação nacional das políticas de Educação Escolar Indígena é de competência do Ministério da Educação (MEC), cabendo aos Estados e Municípios a execução para a garantia deste direito dos povos indígenas. (Fundação Nacional dos Povos Indígenas)

A Lei de número 11.645, de março de 2008 traz a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e indígena” o que possibilita o estudo da história afro-brasileira e indígena na rede pública e privada de ensino, tendo em vista que estes dois grupos foram essenciais para a formação do Brasil. Sendo assim, torna-se obrigatório que seja desenvolvido um ensino no qual conte a história e luta do colonizado, tendo em vista que apesar de sermos um país invadido e não descoberto como a história conta, (o que vem sendo desmitificado pela luta indígena) a história repassada nas escolas narra o “Brasil” depois de 1500.

Art. 1º O art. 26-A da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar com a seguinte redação: “Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena. § 1º O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil. § 2º Os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de educação artística e de literatura e história brasileiras.” (NR) Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação. (BRASIL, 2008).

**Figura 8** – Representação dos Povos Originários.



**Fonte:** Carta de Topé Pãn e o I Encontro Afro Indígena e Anticolonial | Comissão de Direitos Humanos de Passo Fundo - CDHPF, acesso em 22/03/2023.

Segundo Célia Xakriabá, primeira Deputada Federal Indígena, eleita por Minas Gerais, o Brasil é uma invenção dos colonizadores, o verdadeiro nome do território é Pindorama que antes de 1500 quando o Pindorama (Terra de palmeiras) era invadido, habitavam este território mais de mil Povos Indígenas que tiveram seus costumes, línguas, plantas, entre outros diversos

bens destruídos. Como sabemos, os Povos Originários sofreram com perseguições que perduram até os dias atuais, tendo em vista que a sociedade brasileira apesar de ter acesso a informações sobre todo o processo de massacre dos indígenas, ainda possuem uma visão equivocada e preconceituosa.

Antes, toda contribuição cultural indígena era coletada, selecionada, modificada e registrada pelos brancos; certamente, essa intermediação fazia com que muito da originalidade das narrativas fosse perdida. (...) O que tem acontecido nas últimas décadas é que os próprios indígenas têm assumido a voz narrativa, tornando-se sujeitos, autores/ criadores de seu legado cultural escrito que, por sua vez, é a expressão de seu legado mítico e mágico. (GUESSE, 2011, p. 2).

A lei supracitada inicialmente é um passo significativo para sanar um pouco a lacuna que a história dos colonizadores proporcionam para a população da terra de Pindorama, através da voz que é dada aos povos originários pela lei de número 11.645, os indígenas (a qual será mais enfatizado no trabalho) e os afro-brasileiros ocuparam um espaço que deveria estar ocupado bem antes no ensino de história nas instituições educacionais, tendo em vista que boa parte da população obtém contato durante sua infância, adolescência e fase adulta com instituições educativas. Possibilitar a fala do “colonizado” sobre a sua história e dos diversos pontos negativos que o período invasivo proporciona ao seu território, os quais interferem diretamente até os dias atuais em seu Povo nos aspectos sociais, culturais, espirituais, linguísticos e territoriais, é uma forma de contar a verdadeira história do Brasil sem romantizá-la.

Vale salientar que, apesar da criação de leis que garantam aos alunos indígenas e afrodescendentes, algumas instituições e professores apresentam resistência para adotar tais medidas, o que reafirma que existem diversos pontos abordados nas instituições educacionais que necessitam de aprimoramento ou até mesmo efetivação, pois é notório que algumas escolas resistem a oferecer um ensino diferenciado e inclusivo, principalmente relacionado aos Povos Originários. Como destaca Barbosa, Gabriel, Dantas e Santos (2020):

Embora a lei 11.645/2008 recomende às instituições educacionais do país o ensino da história e cultura dos povos indígenas brasileiros, apesar de surgirem editoras voltadas às publicações desses povos e, sobretudo, de obras literárias de autores de origem indígena buscarem esboçar um retrato mais autêntico e fiel de sua cultura ao leitor (indígena e não indígena), tal representação cultural ainda está em processo. (BARBOSA, GABRIEL, DANTAS E SANTOS, 2020, p.16)

Ao analisarmos a história dos Povos Indígenas espalhados pelo Brasil, perceberemos que a maioria obteve a inserção cultural do invasor, não por opção e sim por imposição principalmente os Povos que residiam na faixa litorânea, única via naquele contexto de locomoção das nações europeias. Dessa forma, os povos que habitam nesta região sofrem os

impactos iniciais e mais bruscos em todos âmbitos da vida. Para falarmos um pouco mais sobre as interferências ocasionadas pelos invasores, podemos citar o Povo Potiguara da Paraíba que permanece na mesma localidade desde a invasão territorial.

Apesar de não se deslocarem do seu território, a população Potiguara obteve outros impactos, como o cultural e principalmente linguístico, tendo em vista que segundo anciões Potiguara, aquele(a) que se declarasse indígena era perseguido, o que ocasionou o adormecimento da língua materna, o Tupi Antigo, que através de lutas diárias está sendo revitalizado no território Potiguara.

Trazer os aspectos históricos e culturais dos povos originários é uma forma de enfatizar a importância dos mesmos para a sociedade brasileira, como também proporciona um autorreconhecimento do aluno e o enfrentamento do preconceito que está presente na sociedade, mesmo estando no século XXI, bem com o acesso as informações sobre o que o processo invasivo ocasionou, quebrando os paradigmas da verdade estabelecida pelos invasores, a qual podemos relacionar as perspectivas de controle abordada por Michel Foucault (1979)

A verdade não existe fora do poder ou sem poder. [...] A verdade é deste mundo; ela é produzida nele graças a múltiplas coerções e nele produz efeitos regulamentados de poder. Cada sociedade tem seu regime de verdade, sua "política geral" de verdade: isto é, os tipos de discursos que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros; os mecanismos e as instâncias que permitem distinguir os enunciados verdadeiros dos falsos, a maneira como se sanciona uns e outros; as técnicas e os procedimentos que são valorizados para a obtenção da verdade; o estatuto daqueles que têm o encargo de dizer o que funciona como verdadeiro (FOUCAULT, 1979, p.12).

A perspectiva de Foucault denuncia as relações de poder presentes na produção e controle da verdade em uma sociedade. Ele argumenta que a verdade não é um conceito absoluto ou objetivo, mas sim uma construção social que é influenciada e moldada pelo poder. Em seu trabalho, Foucault analisa como as instituições e os mecanismos de poder determinam quais discursos são considerados verdadeiros e quais são marginalizados ou excluídos (FOUCAULT, 1979).

No contexto apresentado, pode-se estabelecer uma correlação com as ideias de Foucault. A história oficial do Brasil, construída pelos “colonizadores”, tem sido predominante e tem negligenciado a contribuição e a perspectiva dos povos indígenas. A imposição cultural dos invasores levou à destruição de muitos aspectos da cultura indígena, incluindo seus costumes, línguas e conhecimentos (LIZ, 2022).

A lei 11.645/2008, mencionada no texto, representa um passo importante na tentativa de ampliar a representação e o ensino da história e cultura dos povos indígenas nas instituições educacionais. Essa lei busca corrigir a lacuna deixada pela história contada pelos

“colonizadores”, permitindo que os povos indígenas tenham voz e sejam reconhecidos como sujeitos de sua própria história.

No entanto, como destacado no texto, ainda existem resistências e dificuldades na efetiva implementação dessa lei. Algumas instituições educacionais e professores ainda relutam em adotar medidas que promovam um ensino diferenciado e inclusivo, especialmente no que diz respeito aos povos indígenas.

Essa resistência pode ser entendida como uma manifestação do poder que controla a produção da verdade. A história oficial contada pelos invasores ainda exerce influência e é reproduzida em muitos contextos educacionais, perpetuando visões equivocadas e preconceituosas sobre os povos indígenas (LELAL; SILVA JUNIOR.; IVENICK, 2021).

Ao trazer os aspectos históricos e culturais dos povos originários para o centro do ensino e enfatizar sua importância para a sociedade brasileira, é possível desafiar essas perspectivas dominantes e questionar a verdade estabelecida pelos colonizadores. Isso representa uma forma de resistência e empoderamento dos povos indígenas, permitindo-lhes contar sua própria história e desestabilizar as relações de poder que moldam a produção da verdade na sociedade (LEAL, SILVA JUNIOR; IVENICK, 2021).

Portanto, a perspectiva de Foucault sobre a relação entre verdade e poder ajuda a compreender a dinâmica presente na construção da história dos povos indígenas no Brasil, evidenciando a necessidade de dar voz e espaço aos povos originários para que possam reivindicar sua própria narrativa e desafiar as verdades estabelecidas pelos colonizadores.

## 1.2 APÓS A LEI

A elaboração de leis que garantem o direito básico dos povos originários (educação/saúde de qualidade e diferenciada) são ações mínimas que os poderes governamentais devem realizar, pois através da garantia dos seus direitos, esta população garantirá a perpetuação do seu Povo.

Na perspectiva Potiguara, percebemos que através das Leis que asseguram os direitos dos Povos Originários, obtivemos alguns avanços significativos, principalmente no âmbito da Política Social de Educação, com o destaque, para criação de escolas específicas. As instituições de ensino de caráter indígena, surgem dentro do território como uma ferramenta que auxilia no desenvolvimento sociocultural do povo, em especial na otimização do autorreconhecimento étnico. É nas escolas específicas que as crianças obtêm contato desde cedo com a cultura do seu povo que, muitas das vezes é interferido por aspectos sociais/religiosos.

**Figura 9** - Toré com a presença de anciões e anciãs Potiguara para a abertura da semana da conscientização indígena



Fonte: [Pedro Poti \(@indigenapedropoti\) | Instagram](#), acesso em 22/05/2023.

No ano de 2004 as TIP ganharam duas escolas indígenas, desenvolvendo uma abordagem de ensino diferenciado, um marco para a nossa educação, fruto de muita luta, mas também das leis que asseguram o direito à um ensino diferenciado, a interligação escola e cultura, têm formado alunos e sobretudo indígenas que buscam estar inseridos na luta do seu povo. O acesso a uma escola de ensino diferenciado é fundamental no processo formativo das gerações futuras, como Dona Nilda comentava “a escola indígena não pode deixar o aluno apenas na “sala”, temos que levar o aluno para as matas, os rios, o roçado. Se a aula é sobre ciências, posso levar o aluno para observar e manusear plantas medicinais”.

A percepção sobre a educação dos indígenas é ampla, através dos objetos sagrados podemos estudar matemática, física, geografia, através dos saberes dos anciões, analisaremos

o discurso, a memória, a oralidade que por muito tempo foi um dos principais meios de repasse dos saberes populacionais.

Com a elaboração de leis que garantem os direitos dos PO, notamos que o acesso e permanência dos mesmos no ensino básico e principalmente no ensino superior é maior a cada ano. Nota-se que diversos indígenas ocupam vagas em cursos que anteriormente era tido para pessoas da elite, a cada dia mais indígenas ingressam nas universidades públicas do Brasil e geralmente a resposta será a mesma, esses indígenas buscam a formação para proporcionar um retorno para o seu povo, para exercer a sua função para auxiliar os seus parentes, como chamamos os demais indígenas.

Apesar das leis que foram criadas para auxiliar na garantia dos direitos dos PO e dos avanços obtidos por intermédio dessas políticas públicas, notasse que nem sempre é garantido a efetivação das leis, um exemplo são os livros didáticos, o material fornecido não condiz com a perspectiva do ensino diferenciado, o que é uma dificuldade enfrentada pelos estudantes, professores e instituições de educação do território Potiguara.

## **2. A LITERATURA DE TRADIÇÃO ORAL E O PROJETO NARRATIVAS POTIGUARA: A COMPREENSÃO DE ANCESTRALIDADE, TERRITÓRIO E NATUREZA POR ANCIÃOS E ANCIÃS POTIGUARA**

Neste capítulo, abordaremos o que é o projeto Narrativas Potiguara: a compreensão de ancestralidade, território e natureza por anciãos e anciãs Potiguara, quem o compõe, quais os procedimentos realizados para a escolha dos anciões e anciãs, a forma como eram realizadas as entrevistas e as transcrições, ou seja, será abordado o procedimento realizado para a execução do projeto, trazendo a perspectiva teórica do Alberto Acosta.

Inicialmente apresentaremos a perspectiva da Literatura Oral e suas contribuições para a Literatura, bem como traremos a Literatura Oral por intermédio das narrativas nos Povos Originários Indígena, o processo, dificuldades e memoricídio enfrentado pelos Povos Indígenas, utilizando a percepção de autores indígenas como Daniel Munduruku, que aborda sobre indígena poético, ou seja, as vivências e histórias são compostas pela poesia.

### **2.1 LITERATURA ORAL**

A oralidade está presente na humanidade desde a denominada pré-história. Inicialmente, o homem utilizava desenhos para compartilhar com os demais o que acontecia, posteriormente com o desenvolvimento da fala, a oralidade tornou-se e assim se manteve por muito tempo como o único meio pelo qual as pessoas se utilizavam para partilhar os acontecimentos, conhecimentos e hábitos, enfim, era através da fala que o conhecimento popular era repassado para os demais integrantes dos grupos existentes. Inicialmente os narradores não tinham o hábito de registrar os conhecimentos que possuíam, mantendo apenas a oralidade como forma de transmissão. Ao decorrer do tempo, iniciou-se esse processo de registro, conforme diz Corezomáé: “Os primeiros a registrarem esses textos orais foram os viajantes e aventureiros, na maioria das vezes eram grupos compostos por cronistas e missionários” (COREZOMÁÉ, 2017, p. 121),

Sendo uma arte milenar, a contação de histórias representa uma rica manifestação cultural do ser humano. As narrativas populares promovem a preservação da memória e a transmissão de valores morais e éticos de um povo e atravessam fronteiras. A literatura oral vem dos primórdios da civilização humana, e a sua maior característica é a persistência pela oralidade (LIMA, 2015, p. 15)

Contar histórias não era apenas um hábito popular era como um ofício, presente entre as famílias e as comunidades, repassados de geração em geração. A prática do ouvir possibilitava a partilha e aquisição de saberes, como também, assegurava o acesso das novas

gerações aos aspectos socioculturais dos seus antepassados como diz Moreira: “Essa, por sua vez, tangencia outras, como as de mediação, tradição, esquecimento” (MOREIRA, 2015, p.9).

Ói, o Pai do Mangue é assim, ói... A gente fumo pescar, eu e Mãe Jacinta. Mãe Jacinta quebrou isso aqui (o pulso) pra acudir eu né, que eu era muito pequeno, ela foi pescar, naquele tempo pescava de pitimboia. Aí haja passar um cavalo por riba do colvo que eu acentava e das pitimboia, aí mãe começou a chamar nome, chamar nome. Aí eu disse: – Ói, mãe, num chame nome não, que mãe num gostava de chamar nome. Mãe disse: – Esse bixiguento tava por aqui tangendo os peixes da gente pescar. (Eles) jogava a puçar e nenhum (peixe). Pegava nenhum, aí quando a gente botava o colvo lá, era uma zuada de peixe no colvo, vai lascara o colvo, quando ia lá ne-nhum. – Eu num disse à senhora que num chamasse nome com o Pai do Mangue. E agora a gente num vâmo sair daqui não. Vâmo amanhecer o dia! E amanhecêmo o dia lá mermo, que era nós sair dali e se perder. Aí quando nós vâmo saindo de manhãzinha, aí mãe olhou e disse: – Óia o fêla da mãe onde tá... (Era) um chapeuzão assim vermelho, o Pai do Mangue, um homão, negão assim GRANDe. Aquele bicho vermelho, um chapéu vermelho. Mas é assim... O Pai do Mangue é o bicho mais perigoso que tem! Se você chegar no mangue pra pescar e dizer assim... Falar no nome dele, o Pai do Mangue, você num pega um (peixe). Você vê comendo assim uuuummm, no colvo, o peixe todinho lá, qu'ando levanta nenhum. E você vai se enraivando e vai chamando nome, aí que dá a gota serena mesmo, aí termina se perdendo. Invés de ir pra terra, vai pra dentro, lá pra dentro do mangue. Agora eu pesquei mais seu Zaías, seu Zaías era “assim” com ele óia. Ele arrancava caranguejo e eu arrancava caranguejo. Aí ele pegava o primeiro caranguejo, o primeiro caranguejo que ele pegava, ele esartejava, ele dizia assim: – Olha, esse aqui é pra tu e esse aqui é pra tu, óia. Você tapava todos os buracos, naquele tempo era tapado, não era pegado de redinha, era ta-pa-do. Aí você, se tivesse um parceiro mais você do outro lado, o parceiro só arrancava fême e você só arrancava macho. Repare que ele tem o puder viu? Aí nós metia o pau no caranguejo macho. Aí, quando foi um dia, seu Zaías foi lá e ele disse assim: – Eita, fulano tá arrancando só fême e eu tô lascando no macho. Aí as fême de lá veio pra cá e ele arrancou uns macho lá. Tá vendo?! Tem o puder! Todo bicho do mato tem o seu puder. Igual à Cumade Fulozinha. A Fulozinha ainda tem mais força ainda. Você vê ela com o cabelo bem grande, na merma hora vê ela com o cabelo bem curtinho. (BARBOSA, GABRIEL, DANTAS E SANTOS, 2020, p.42)

O mito destacado acima, é um dos exemplos das narrativas abordados pelos anciões Potiguara, mostrando assim, a relação do Indígena com o sagrado (natureza), pois percebemos que as narrativas como o mito do pai do mangue, são meios de mostrar que nas matas, nos rios, ou seja, no território indígena existe o sagrado e devemos respeitá-los, afim de estarmos interligados a estes seres superiores.

Sabemos que o processo evolutivo possui pontos negativos e positivos, interferindo diretamente na permanência de algumas tradições, a cada dia estamos mais interligados tecnologicamente. Ao realizarmos uma retrospectiva das aldeias Potiguara, por exemplo, percebemos que anos atrás, quando o acesso à tecnologia era mais difícil, a maioria das aldeias não tinham conexão com a internet, os meios comunicativos modernos como telefone/celular, redes sociais, era uma realidade distante. Ao decorrer do processo evolutivo da sociedade, os Povos Originários tiveram que se adequar a estes avanços.

Nas aldeias era comum presenciar grupos de moradores que ordinariamente se reuniam nas portas das suas casas. Através desses encontros, a comunidade partilhava histórias que haviam sido transmitidas pelos seus pais, avós e/ou outros parentes, enquanto que as crianças, adolescentes e mesmo os demais adultos estavam a ouvir com atenção cada detalhe. Essa era uma época em que o acesso as aldeias eram mais difíceis, os índices de violência eram muito baixos.

Sendo assim, é possível afirmar que a evolução tecnológica, bem como a violência interferem diretamente para a perda de antigos costumes e amenize, ou mesmo exclua da realidade de muitas aldeias, a partilha das histórias, que constituem a literatura oral do Povo Potiguara, que é riquíssima em informações sobre aquele grupo. Segundo Benjamin (2011), a modernidade interfere diretamente na reintegração cultural que se tinha anteriormente das palavras e os objetos, pois através desse hábito os Povos conseguiram recuperar e perpassar seus conhecimentos.

De acordo com Benjamin (1985), o narrador se distancia cada vez mais da realidade popular, nas grandes cidades, por exemplo, não encontra mais a figura do narrador com facilidade “Por mais familiar que seja o seu nome, o narrador não está de fato presente entre nós, em sua atualidade viva. Ele é algo de distante e que se distancia ainda mais” (BENJAMIN, 1985, p.197), mas ainda é possível encontrá-los nos Povos Originários, pois os anciões e anciãs, denominados troncos velhos<sup>2</sup>, possuem um papel significativo no grupo.

## 2.2 LITERATURA ORAL POR INTERMÉDIO DAS NARRATIVAS NOS POVOS ORIGINÁRIOS

As narrativas aparecem na sociedade inicialmente como meio comunicativo, conforme vimos no tópico anterior, através das narrativas as pessoas aprendiam e repassavam conhecimentos. A partilha de conhecimentos “é uma manifestação que acompanha o homem desde a sua origem, podendo ser feita oralmente ou por escrito, usando imagens ou não incluindo mitos que falam das histórias das origens dos povos, objetos e lugares sagrados” (FRATESCHI, 2008, p.42), sendo assim, a tradição oral está inserida na sociedade desde os primórdios e auxilia no processo de revitalização, permanência cultural dos grupos sociais.

---

<sup>2</sup> TRONCO VELHO Troncos Velhos é uma denominação utilizada para falar dos anciões do Povo Potiguara, geralmente utilizada para pessoas que possui um papel significativo no seu Povo.

Segundo Dorrico (2018), que cita Risério, “As vozes indígenas já foram matérias de etnógrafos, missionários, viajantes, poetas e prosadores. Como registro realizado pelo outro que não o indígena, tais vozes, como argumenta Risério (1993), passaram pelo crivo crítico do “gênio pessoal” e foram consideradas folclóricas em sua manifestação.”

**Figura 10** – Pajé ensinando aos curumins tudo sobre a nossa cultura.



Fonte: [Índio Sever \(@indiosever\) | Instagram](#), acesso em 25/04/2023.

De acordo com Krenack (2018), “é uma injustiça e um absoluto absurdo que os brasileiros se esqueçam, que apaguem a história da memória e queiram fazer contas sobre quanto custa atender às sociedades indígenas hoje, depois de se ter roubado todo este continente para construir o Brasil.” (KRENACK, 2018, p.28)

Dorrico (2018), diz que “O lugar de fala indígena é a sua ancestralidade, citando a perspectiva de Matos (2011), que:

refletindo sobre a enunciação literária indígena e o lugar de onde partem os textos criativos indígenas, argumenta que a autoidentificação e a autodenominação étnicas sob a forma de ‘nós’, ‘os humanos’, os ‘verdadeiros humanos’, é uma constante para vários povos indígenas (araweté, yaminawa, waiapi, etc.). Estas alcunhas autorreferenciais são, conforme Viveiros de Castro (1996 apud Matos, 2011), pronomes cosmológicos, e não nomes próprios. “Eles servem para marcar o lugar de onde se fala, o nós do grupo” (MATOS, 2011, p. 33).

Notamos que a Literatura não detém registros antigos de escritores indígenas, ausência de informações sobre as obras literárias Indígenas, é fruto da sobreposição da voz do colonizador sobre a voz dos Povos Originários, tornando a sua visão literária desconhecida, pois Conforme Risério, “textos ameríndios e africanos não puderam influir em nossa poesia literária pelo simples fato de ainda hoje permanecerem desconhecidos” (RISÉRIO, 1993, p.16), nesta perspectiva o autor ainda afirma que: “ocorre que o texto ameríndio foi falsificado, traído e silenciado” (RISÉRIO, 1993, p.40). Percebemos que o silenciamento imposto pelos invasores não se deu exclusivamente nos relatos de “descoberta”, a historicidade e a literatura sempre evidenciaram o ponto de vista dos invasores.

Seguindo essa perspectiva de sobreposição de uma voz a outra, vejamos o que diz o filósofo da linguagem Michael Foucault:

A historicidade que nos domina e nos determina é belicosa e não linguística. Relação de poder, não relação de sentido. A história não tem “sentido”, o que não quer dizer que seja absurda ou incoerente. Ao contrário, é inteligível e deve poder ser analisada em seus menores detalhes, mas segundo a inteligibilidade das lutas, das estratégias, das táticas (FOUCAULT: 2003b, p. 5).

Assim, percebemos o poder que os colonizadores detinham sobre os Povos Originários, a percepção literária do invasor se sobrepunha à veracidade dos fatos, pois os indígenas possuem uma literatura oral rica, repleta de história, luta, determinação e resistência, os contos, mitos desses povos são ricos em informações sobre a trajetória dos mesmos.

Os povos ancestrais já eram contadores de histórias. Na busca de explicações para questões diversas que afligem a humanidade, como a origem da vida, das coisas ao seu redor, bem como o seu fim, os contos da literatura oral perpassam gerações ensinando pessoas de todas as idades. (LIMA, 2015, p.14).

Com isto, notamos que apesar da ausência e silenciamento dos registros literários dos Povos Indígenas, eles já detinham o conhecimento e a prática da Literatura Oral. A visão posta inicialmente não abordava as dores, lutas, conhecimentos que esse Povo detinha, abordando uma visão contrária aos ideais dos mesmos.

Grandes obras literárias brasileiras retrata os Povos Indígenas, trata-se do indianismo, a qual foi marcado no período do movimento do romantismo, durante o século XIX, remetendo a uma imagem do indígena na perspectiva colonizadora, um herói ou até mesmo um ser marginalizado, escasso de conhecimentos. O indianismo aparece nas obras de José de Alencar “**O Guarani**” (1857), “**Iracema**” (1865) e “**Ubirajara**” (1874), bem como José Bonifácio de Andrada e Silva que abordou sobre acontecimentos do Povo Tamoio, dentre outros.

não podemos dizer que os indianistas, desde José de Alencar a Gonçalves Dias, pretendiam ser porta-vozes da cultura indígena, mas sim que queriam representá-la de acordo com os pressupostos de matriz ocidental que justificavam a colonização sobre os povos originários nas paragens tropicais brasileiras. A representação dos indígenas na literatura, no período indianista, é possível, desde que o lugar do indígena fosse a

priori definido: o indígena sem subjetividade poderia integrar-se à civilização, aos costumes religiosos predominantemente difundidos pelos portugueses (DORRICO, 2018, p.234).

Com estas informações podemos afirmar que ocorreu o memoricídio literário, linguístico, cultural dos Povos Indígenas. Sabemos que o termo memoricídio é utilizado para definir o processo de “apagar” os aspectos socioculturais dos afrodescendentes, mas ao analisar esta terminologia, compreendemos que define o processo que os Povos Originários enfrentam.

a colonização e a modernidade com ela nascida implicaram em inúmeros processos de dominação que concretizaram ao longo do tempo os fundamentos discursivos da produção de identidades que foram segmentadas em uma estrutura vertical, tudo isso promovido pela ideia biológica de raça que tornou as diferenças em inimigas das sociedades modernas (QUIJANO, 2009).

Por intermediação da criação de políticas públicas que inserem a cultura dos Povos Indígenas em ambientes divergentes, bem como pela criação de organização e articulação dos Povos Indígenas, a pauta da Literatura Indígena vem ocupando um espaço significativo nas pesquisas e estudos literários, propiciando o surgimento de estudiosos pela área. A literatura indígena proporciona contribuições em diversos pontos como destaca Denner, Dorrico e Danner (2018)

[...] a literatura indígena se dirige tanto aos próprios povos indígenas, no intuito de contribuir para a reafirmação e a valorização de sua constituição antropológica, de sua tradição cultural, dos valores, das práticas e dos ritos que lhe constituem em seu âmago, quanto aos não-indígenas, com o objetivo, aqui, seja de publicizar a causa indígena, a dor, a marginalização e a violência pela qual passaram e passam, seja também para sensibilizar, para dar-se a conhecer, para contribuir, como alteridade, na formação de uma cultura nacional mais plural, respeitosa e acolhedora das diferenças. (DANNER, DORRICO E DANNER 2018, p. 162)

Os indígenas possuem hábitos que são interligados ao literário, através das suas narrativas que podemos interliga-las a percepção tratada por Benjamin, os mitos e contos que sempre detém uma simbologia, um ensinamento para ser repassado ao ouvinte.

**Figura 11** – Entrevista com ancião.



Fonte: Projeto Narrativas Potiguara.

Daniel Munduruku diz que:

as sociedades indígenas são movidas pela poesia dos mitos – palavras que encantam e dão direção, provocam e evocam os acontecimentos dos primeiros tempos, quando, somente ela, a Palavra, existia. [...] Mesmo vivendo numa época em que a tecnologia impera e coloca a Palavra – aqui como sinônimo de Verdade – em segundo plano, percebemos que ainda há esperança, pois ela vivifica a poesia dos mistérios [...] (MUNDURUKU, 2005, p.7).

Grauna (**apud** SOUTO, 2022), escritora indígena com importantes estudos sobre a literatura indígena, defende que as literaturas brasileiras que tocam na questão identitária indígena precisam ser confrontadas. Afinal, muito se escreveu sobre o "índio" na literatura do Brasil. Contudo, esses textos foram produzidos pelas mãos ou de colonizadores ou de escritores não indígenas capazes de vociferar absurdos sobre o imaginário indígena, tudo sob uma perspectiva europeizante que enxerga nos povos originários uma barbárie passível de ser consertada.

Segundo a ideia posta nos parágrafos anteriores, apesar das lacunas proporcionadas pelo processo de colonização, a Literatura Indígena “tem ganhado voz” e espaço nas produções literárias, através de estudiosos indígenas, que buscam transmitir e proporcionar voz ao seu Povo, transmitindo os seus conhecimentos através de textos literários, artigos e outros meios, relatando os conhecimentos ancestrais, bem como observamos o interesse de estudiosos que não são indígenas, mas que detém o interesse em compreender melhor o processo cultural,

histórico e tradicional dos Povos Originários. Apesar do interesse em pesquisar sobre os Povos Indígenas, o não indígena não terá o conhecimento prévio que o indígena detém sobre o seu Povo, o que proporciona uma produção mais significativa na visão indígena.

### 2.3 O PROJETO NARRATIVA POTIGUARA

O NP tem como objetivo principal entrevistar anciões e anciãs que são referência para os Potiguara, posteriormente transcrever as entrevistas (tarefa realizada pelas alunas e a revisão pelo coordenador e colaboradores) com o intuito de escrever um livro para registrar as contribuições de vida, luta e importância dos troncos velhos, para que outros indígenas obtenham acesso a estas narrativas. Para a realização das entrevistas era elaborado um questionário, bem como utilizávamos o método de gravação em áudio, que auxiliavam nas transcrições, e as gravações em vídeo para a elaboração de um documentário.

O projeto baseia-se na teoria filosófica do Bem Viver, esta teoria é uma visão filosófica universal, que significa viver em aprendizado e convivência com a natureza, reconhecendo assim, como seres que fazem parte da natureza, os PI possuem uma relação íntima com a natureza, estão sempre a “ouvir” o que ela diz, esta teoria retorna a perspectiva do saber ancestral. O Bem Viver de Alberto Acosta, é uma filosofia em construção, abordando uma perspectiva cosmológica e cultural, presentes não só nos Povos Indígenas, mas também em alguns Povos, tornando-se uma filosofia universal, podendo ser aplicada no Povo Potiguara da Paraíba, tendo em vista que possuem uma visão ampla sobre cosmologia, bem como a percepção sobre território que não se limita aos espaços marcados geograficamente, isto é, o território para os indígenas é algo amplo e essencial para a permanência cultural dos mesmos.

O projeto foi idealizado no intuito de registrar as contribuições que os anciões e anciãs Potiguara para permanência da memória do seu Povo. Ao iniciar o projeto, evidenciamos ainda mais a necessidade de registrarmos sobre os troncos velhos, ao decorrer de cada entrevista isso era mais visível. A cada depoimento compreendíamos que o nosso trabalho enquanto alunas de um curso de graduação e, sobretudo, enquanto indígenas Potiguara detinha uma relevância imensurável, pois através dos nossos registros ampliaríamos o quantitativo de materiais produzidos sobre os Potiguara da Paraíba, bem como as informações disponibilizadas nesses trabalhos seriam coletadas por integrantes da população em questão, pois existem materiais sobre os mesmos, mas na visão de pessoas que não estão inseridos diretamente.

Devido o período pandêmico da Covid-19, que impossibilitou a realização do quantitativo de entrevistas proposto inicialmente, uma vez que os entrevistados, assim como o

coordenador do projeto e algumas alunas pertenciam ao grupo de risco e para garantirmos a segurança de todos, só nos dirigimos a campo quando todos(as) estavam vacinados, bem como os quadros de infecção reduzido essa situação fez com que fosse necessário a continuação do projeto no ano seguinte. Durante esse período de reclusão em que estávamos impossibilitados de ir a campo e realizar encontros presenciais, utilizávamos as redes sociais para socializarmos sobre os próximos passos, como também para estudarmos sobre questões que estão atrelados aos PO.

**Figura 12** – Integrantes e ancião Nel nas ruínas de São Miguel.



Fonte: [Probex, Campus IV/UFPB \(@narrativaspotiguara\) | Instagram](#), acesso em 26/04/2023.

Inicialmente realizávamos encontros semanais, posteriormente nossas reuniões passaram a ser quinzenais, a cada encontro buscávamos acessar materiais que auxiliassem na pesquisa, bem como ampliassem o nosso conhecimento sobre os PO. Os primeiros meses de projeto, foram destinados para estudo de documentários, livros e indígenas como Daniel Munduruku e Ailton Krenak que são referências na luta indígena.

Após o processo de pesquisa bibliográfico e estudos, iniciamos o processo de escolhas dos anciões, cada integrante fez uma lista de anciões e anciã que desempenhavam um papel importante para o nosso povo, a maioria dos nomes postos pelas integrantes do projeto condiziam umas com as outras. Com a listagem pronta, montamos um cronograma com possíveis datas para realização das entrevistas.

As escolhas dos anciões e anciãs era realizada pelos integrantes do projeto, entretanto os entrevistados podiam sugerir outros nomes, que na maioria das vezes, já estavam previstos na lista, o que afirmava a relevância de entrevistar o tronco velho proposto. Na primeira edição do projeto (2021/2022) realizou-se a entrevista de uma anciã e quatro anciões, a anciã entrevistada na primeira edição do projeto ancestralizou<sup>3</sup> sete meses depois. Na versão que está em execução, obteve-se a entrevista de um ancião e uma anciã, as entrevistas estão previstas para serem finalizadas no final de maio.

O contato inicial com os anciões e anciãs era realizado pelo professor ou pelas alunas, para informar sobre o projeto, qual intuito das entrevistas, bem como consultar a sua disponibilidade, estávamos sempre a colocar o entrevistado(a) como prioridade, as entrevistas eram realizadas na residência ou em um local escolhido pelos mesmos. Iniciávamos as entrevistas, com uma breve apresentação, para informa-los o que iríamos fazer e qual o objetivo de entrevista-los, explicávamos o que era o NP, o intuito da pesquisa, quem eram as componentes do projeto e qual seria o objetivo inicial/final da nossa pesquisa, em seguida iniciávamos os questionamentos previamente preparados, a qual tínhamos uma ordem que dependendo do andamento eram alterados e/ou complementados, o tempo da entrevista variava de ancião para ancião, mas as entrevistas escolhidas para abordagem deste trabalho foram umas das mais longas.

**Figura 13** – Momento que a aluna Ângela S. de Lima, pinta o ancião antes de iniciar a entrevista.



Fonte: projeto Narrativas Potiguara

---

<sup>3</sup> Termo utilizado pelos indígenas para falar que o ancião(ã) de suma importância para o Povo faleceu.

Nesta segunda versão priorizou-se a entrevista de mulheres, tendo em vista que no discurso dos anciões a figura feminina estava muito presente, sempre relatavam sobre a importância que a mãe e/ou avó detinham sobre a luta na causa indígena, bem como é necessário dar a voz para as mulheres indígenas, pois ao analisarmos, elas possuem um papel significativo na causa indígena, estão sempre em busca de auxiliar pela garantia dos seus direitos.

Ao decorrer do projeto notamos que registrar as narrativas de luta daqueles que buscaram garantir os direitos territoriais, educacionais e de saúde do seu povo é de suma importância, com todo o processo evolutivo social e avanço tecnológico que chegam até as nossas aldeias, o que possui muitos pontos positivos, mas também negativos, observamos que o hábito de ouvir as narrações dos mais velhos está se perdendo ao decorrer dos anos. Antigamente, era comum haver crianças sentadas ouvindo anciões e anciãs da sua aldeia, muitas das vezes, essa ação era realizada nas casas de farinha, nas cacimbas, no rio, no roçado e até mesmo nas portas das casas, ali os anciões repassavam seus saberes de luta, culturais e histórias contadas pelos seus antepassados para às novas gerações, que posteriormente assumiriam o seu lugar.

Pelo fato do Campus IV da UFPB está localizado no litoral norte da Paraíba, mais precisamente nas cidades de Mamanguape e Rio Tinto, ele está inserido no Território Indígena Potiguara, e possui um quantitativo significativo de alunos(as) indígenas ou que moram nas aldeias Potiguara. Sabemos que a educação é um direito garantido por lei ao cidadão, mas ao analisarmos historicamente, percebemos que os Povos Originários não possuíam fácil acesso ao ensino, principalmente ao ensino superior.

Com a luta constante por garantia dos seus direitos, os PO conquistam espaços nos âmbitos acadêmico, trabalhistas e até mesmo político. A criação de políticas públicas, propiciando a disponibilização de cotas para indígenas, bem como para quilombolas, pretos, também bolsas para auxiliar financeiramente o aluno durante a sua formação o que garantirá a permanência desses alunos nas universidades públicas. Bem como iniciou-se o processo de interiorização das universidades, a exemplo da UFPB que se ramificou criando novos campus que facilitassem o acesso dos alunos residentes em regiões distantes do campus central, considerando o contexto socioeconômico da localidade, o Campus IV é uma dessas ramificações, o que facilita a inserção dos alunos Potiguara em cursos superiores.

O Campus IV possui um olhar diferenciado para a causa indígena, tendo em vista que existem projetos direcionados a pesquisar os Potiguara, a sua história e relevância para o Vale do Mamanguape. Direcionar projetos aos quais as vagas são específicas para alunos(as) indígenas é um passo de suma importância no processo de ensino/aprendizagem dos discentes

indígenas, pois potencializa a inserção destes nas pesquisas, principalmente quando o foco da pesquisa são os próprios Potiguara, estas ações contribuem para fortalecimento cultural do aluno, como também possibilita um retorno significativo para o seu povo, promovendo visibilidade da luta que os PO enfrentam.

Disponibilizar vagas específicas para a inserção dos PO nas instituições de ensino superior, a execução de projetos de pesquisas para este público, dentre outras ações, não é um privilégio para estes, e sim um meio de enfrentamento contra o preconceito que ainda existe na sociedade, pois através das ações citadas, possibilitam um acesso inclusivo desses grupos sociais ao ensino, a pesquisa.

Os projetos oferecidos pelas universidades inserem ainda mais os alunos ao meio acadêmico, pois possibilita que o aluno pratique a pesquisa, o que é de suma importância no crescimento educacional, profissional e pessoal do indivíduo. Participar do NP, proporcionou-me um ampliamto dos conhecimentos tradicionais do meu povo, saberes esse que nem sempre temos acesso com facilidade, aflorando ainda mais o anseio em perpetuar a história do meu povo, que luta até os dias atuais para garantir a permanência da sua cultura, no intuito de garantir que as demais gerações tenham os seus direitos assegurados. Sabemos que a causa indígena é ampla e enfrenta diversas dificuldades, mas enquanto indígenas necessitamos estar inseridos nela.

### **3. VOZES ANCIÃS DO POVO POTIGUARA COLETANDO MEMÓRIAS, (RE)CONSTRUINDO IDENTIDADES.**

Neste capítulo, abordaremos as vozes anciãs do Povo Potiguara da Paraíba, através de entrevistas realizadas pelo projeto Narrativas Potiguara: a compreensão de ancestralidade, território e natureza por anciãos e anciãs Potiguara, a qual utilizaremos fragmentos das entrevistas dos anciões Manoel Eufrásio (Seu Nel), Antonio Pessoa (Caboquinho) e Nilda (Dona Nilda) *in memoriam*, bem como um questionário elaborado para adquirir mais informações sobre os anciões e suas colaborações para a permanência das memórias culturais, históricas do Povo Potiguara da Paraíba. Vale ressaltar que, o segundo questionário foi aplicado apenas com os anciões (Nel Potiguara e Caboquinho Potiguara), pois a anciã Nilda Potiguara não estava presente fisicamente.

Através destes recortes das entrevistas e questionário, assim como perspectivas de críticos da Literatura Oral e Indígena, traremos a importância desses troncos velhos para a permanência e perpetuação da cultura dos Potiguara da Paraíba, como eles contribuíram e contribuem para (re)construção identitária do seu Povo e das novas gerações.

Para realizar uma análise das entrevistas e correlacioná-las aos teóricos abordados, contamos um pouco da história dos anciões e anciã, uma pequena biografia da sua história de luta, quem são, qual importância para o Movimento Indígena do Brasil, assim como a importância da voz dos troncos velhos para permanência e propagação da cultura Potiguara.

Abordar as narrativas desses anciões que, relatam histórias que ouviram dos seus familiares, bem como vivenciaram, é um meio de propagar a cultura, história e luta dos Potiguara da Paraíba. Vale ressaltar que “A transcrição dessas narrativas não tem o intuito de negar a importância da oralidade, pelo contrário, busca fortalecer as narrativas que são reveladoras de fatos, acontecimentos e a própria história do Povo Potiguara (MARQUES, SIMAS E SILVA, 2019)

#### **3.1 QUEM SÃO OS ANCIÕES ENTREVISTADOS**

Antonio Pessoa Gomes, mas conhecido como Caboquinho Potiguara, nasceu em 10 de setembro de 1964, na aldeia Forte, localizada na cidade de Baía da Traição, no litoral Norte da Paraíba, a qual reside até os dias atuais, filho de Antônio Gomes e Maria Gomes, é referência local, regional, nacional e Internacional na defesa dos Povos Indígenas do Brasil, esteve presente em retomadas de terras de parentes indígenas de outros Povos. No ano de 1990

participou da criação juntamente com indígenas de outros Povos, a Articulação e Organização dos Povos Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo (APOINME).

Foi cacique Geral do Povo Potiguara durante os anos de 2001 a 2011, nesse período participou da criação da SESAI (Secretaria Especial de Saúde Indígena), da educação escolar indígena, das organizações de jovens e professores, OJIP (Organização dos Jovens Indígenas Potiguara e OPIP (Organização dos Professores Indígenas Potiguara da Paraíba, bem como esteve na retomada de Monte Mór e Três Rios (território Potiguara). Atualmente é Cacique da Aldeia Forte, formado em história, ministra aulas de história, etnohistória e antropologia.

**Figura 14 -** Ancião Caboquinho Potiguara



**Fonte:** [Probex, Campus IV/UFPB \(@narrativaspotiguara\) | Instagram](#), acesso em 05/05/2023.

No ano de 2016, recebeu o título de Doutor Honoris Causa, pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB), um dos títulos mais importantes da Universidade, sendo assim, reconhecimento da luta enquanto militante da causa indígena, que estava sempre a buscar por melhorias na educação escolar indígena e saúde indígena de qualidade, bem como pela garantia do seu território, uma busca não só para o “seu” Povo Potiguara, mas sim, para todos os Indígenas do Brasil. Ao receber o título, a qual dedicou ao Povo Potiguara, seus filhos, o

Doutor Honoris Causa Antonio Pessoa, o Cacique Caboquinho, relembrou que “somos todos filhos da natureza”.

**Figura 15** – Caboquinho recebe o título Doutor Honoris Causa pela UFPB.



Fonte: [Cacique Potiguara recebe título de maior honraria da UFPB - PB Vale](#), acesso em 20/05/2023

Caboquinho é reconhecido como uma liderança que detém muita influência no processo do Movimento Indígena no Brasil, sendo membro titular da CNPI (Comissão Nacional de Política Indigenista/Ministério da Justiça), através da luta de anciões e anciãs como Caboquinho Potiguara, obtivemos acesso a uma educação e saúde indígena diferenciada, numa busca constante de revitalização e permanência cultural dos Povos Originários, sendo um dos militantes indígenas com mais influência dentro do seu Povo, reconhecido também por outros Povos.

Maria Nilda Faustino Batista, nasceu no dia 28 de janeiro de 1964 em um povoado próximo a aldeia São Francisco, na infância mudou-se para a aldeia mãe São Francisco, a qual morou até os seus últimos de vida. Dona Nilda, como é conhecida, é uma grande representação no âmbito educacional. Começou a trabalhar com a educação em 1979, apesar de não ser formada ainda, Maria Nilda, ministrava aula para alunos de series inferiores à dela, após um tempo, formou-se no pedagógico e posteriormente graduou-se no curso de Pedagogia. Em 1986, começou a trabalhar pelo Estado, mas ficou durante um ano sem remuneração.

**Figura 16** – Anciã Maria Nilda Faustino Batista, Nilda Potiguara.



Fonte: [Probex, Campus IV/UFPB \(@narrativaspotiguara\) | Instagram](#), acesso em 10/05/2023.

Esteve à frente com outros parentes na busca por uma educação escolar indígena diferenciada, foi diretora e professora da primeira escola indígena da Paraíba, a Escola Estadual Indígena de Ensino Fundamental e Médio Pedro Poti, localizada na aldeia São Francisco, na cidade de Baía da Traição. A instituição de ensino Pedro Poti, é referência na educação escolar indígena, sendo modelo para outras instituições e graças a pessoas como Dona Nilda obtivemos êxito na busca por um ensino diferenciado.

No ano de 2022 Nilda Faustino ancestralizou, mas deixou uma contribuição imensurável na educação escolar indígena. Dona Nilda deixava nítido nas suas falas que a luta pelas causas indígenas era uma missão e que apesar do quadro frágil de saúde, sempre estava pronta para contribuir com o conhecimento do seu povo, por meio de entrevistas, palestras, dentre outros. A educação escolar indígena, deve ser abordada da forma adequada, segundo a anciã, que falava que essa modalidade de educação deveria perpassar as quatro paredes de uma sala de aula, o aluno deve estar interligado com a natureza por exemplo.

Manoel Eufrásio Rodrigues, conhecido como Nel, nasceu no dia 22 de fevereiro de 1954, na aldeia São Miguel, localizada na cidade de Baía da Traição, Litoral Norte da Paraíba, a qual reside até os dias atuais. Filho de Pedro Eufrásio Rodrigues e Joana Izabel da Conceição.

**Figura 17** – Ancião Manoel Eufrásio Rodrigues, Nel Potiguara.



**Fonte:** Acervo pessoal da pesquisadora Ângela Silva de Lima.

Aos doze anos, ficou órfão de pai, tornando-se o responsável pela sua família. A perda do seu pai influenciou nos estudos, pois a sua mãe não tinha condições para manter os mesmos, mas, por ser um excelente aluno e destacar-se dos demais, o que chamou a atenção de um professor, Seu Nel conseguiu finalizar os estudos, formando-se no pedagógico. Participou de uma formação para monitores indígenas, para a educação, sendo mais uma vez um aluno que se destacava na turma.

Com isso, iniciou a lecionar na aldeia Camurupim, localizada no município vizinho, Marcação, a qual trabalhou como educador durante vinte anos, sendo sempre bem aceito pelos alunos, pais e moradores da aldeia, o ancião relata que apesar de ser homem, o que não é bem visto por muitos para trabalhar com crianças, sempre foi bem aceito pelos seus alunos(as).

Pela trajetória que estava construindo como educador, o convívio com os alunos e pais, chamou a atenção de anciãos da aldeia São Miguel, solicitando um diálogo com Seu Nel, explicitando a insatisfação que estavam tendo do atual cacique, propondo que ele tornasse o novo Cacique da aldeia. Com o convite, Seu Nel relatou suas condições, que foram aceitas e

exerceu o cacicado da aldeia São Miguel durante vinte e oito anos, apesar de não estar exercendo o cacicado é considerado uma importante Liderança<sup>4</sup> Potiguara.

Atualmente, o ancião tem 69 anos, continua exercendo o cargo de professor indígena, ministrando aulas da língua materna (Tupi Antigo) Potiguara, atua em escolas do município de Marcação-PB, a exemplo da Escola Eduardo Ferreira, que está localizada na aldeia Caieira. Possui uma trajetória na luta por uma educação indígena diferenciada, saúde indígena, de qualidade, bem como pela garantia e preservação das terras Potiguara.

Ao conversar com seu Nel, percebemos que a figura feminina, nas pessoas de sua mãe e sua avó, é bem forte e possui uma contribuição direta para o ancião que ele é, o que gera emoção no mesmo, sempre que relembra elas. Para o ancião, a natureza é um bem precioso e os rios falam conosco, como podemos observar no seu poema a seguir:

Já fui grande e majestoso  
 Vivia com alegria  
 Vindo lá de Tracoeira  
 Passando pela Baía  
 Todo meu curso sozinho  
 Em toda a minha carreira  
 Só parando em Coqueirinho.  
 Fiz isso por muito tempo quando eu era sinuoso  
 Meu leito só tinha água  
 Eu me sentia orgulhoso  
 Correndo de norte a sul  
 Como um lagarto azul  
 Por isso eu sou Sinimbu.  
 Todavia veio o homem com sua sabedoria  
 E alterou o meu leito tirando a minha alegria.  
 Eu acho que fez besteira  
 Vendo em mim tanta sujeira  
 Já não faço o que eu fazia. (Manoel Eufrásio Rodrigues, NEL POTIGUARA)

### 3.2 A RELAÇÃO DOS POTIGUARA COM A NATUREZA

Ao decorrer das pesquisas, por intermédio dos diálogos com os anciões e anciã Potiguara, percebe-se que existe uma relação com a natureza, a qual está presente a força ancestral Indígena Potiguara, assim como a relação dos aspectos naturais com os as referências orais. Esta relação com a natureza é uma característica não apenas dos Potiguara da Paraíba, estando presente nos Povos Originários do Brasil, sendo assim, mais um ponto que tornam um

---

<sup>4</sup> Liderança é uma denominação utilizada para indígenas que possuem uma história de luta na causa indígena, bem como é uma representatividade do seu Povo.

único Povo, reativando o sentido de parentes. Em entrevista, o ancião Manoel Eufrásio (Nel Potiguara) diz que:

à natureza como se fosse alguma parte do nosso corpo, por isso que a comunidade deve se juntar até sem ser chamada, porque ela faz parte, ela é responsável pelo desenvolvimento das Gerações de hoje e das gerações futuras, daí a importância da oralidade, você não passar (Nel Potiguara)

Para os Povos Originários, não podemos nos separar da natureza, estamos interligados a ela, dependemos dela para sobrevivermos, bem como, encontramos meios que podem nos curar, as plantas medicinais proporcionam “soluções” para problemas de saúde.

Os anciãos e anciãs, detém um conhecimento amplo referente a diversas questões, a exemplo do território, mitos, histórias e de medicamentos produzidos a partir das plantas medicinais, eram responsáveis por desenvolver estes medicamentos naturais, sendo procurados e respeitados pela população. Nel Potiguara afirma que:

a minha avó era como uma pajé. Ela nunca se disse pajé, mas era procurada por todas as mães da aldeia. Não faltava mãe e sem cobrar nada, era espontâneo. Achava muito bonito, chegava uma mãe com o filho e dizia: Dona Izabel, eu vim pra rezar o meu filho. Ela rezava a criança, benzia e depois dizia: seu filho está com tal doença e ele vai ficar tomando esse remédio aqui. Nunca pediu pra nenhuma mãe ir pra farmácia, sempre dava o remédio da região e até cobreiro ela curava Deus que curava, ela rezava e fazia aquilo ali, tivesse engasgado, ela conseguia fazer a oração pra pessoa conseguir todo tipo (NEL POTIGUARA).

Atividades como a medicina indígena, os conhecimentos ancestrais, informações sobre os parentes, eram “registrados” na memória, apesar de não utilizarem a escrita, muitos indígenas registravam as informações nas suas memórias, boa parte das anciãs que eram as “medicas” tradicionais do Povo, eram as parteiras, responsáveis por trazer ao mundo diversos indígenas, este ofício, era respeitado pelo Povo.

Mas ela morreu com mais de noventa anos e nunca tomou um remédio de farmácia, todos os medicamentos ela fazia, lambedor, chá, tudo ela sabia a dosagem certa de fazer. Em corte, ela pegava a ameixa e fazia o pó da ameixa com babatenom e colocava, nunca foi... Podia ser corte até de machado ela mandava amarrar, fazia isso e ficava bom. Era realmente, a minha avó era uma pessoa fantástica, uma indiazinha, e nós íamos pra Rio Tinto a pé por dentro da mata de noite e ela dizia: (nós íamos com medo né?) dez anos, onze anos e ela dizia: não meu filho, vamos lá! Ninguém vai nos atacar! E uma coisa incrível: as pessoas podem pensar assim: mas ele tá mentindo! Isso não existe, mas nós íamos pra Rio Tinto lá por Jacaré de São Domingos e nunca fomos atacados nem por cachorro nem por nada! Passávamos perto dos animais deitados e eu minha avó dizia nada nos ataca. Ela tinha uma sabedoria muito grande, e essa sabedoria Deus dá pra o povo indígena e ela dizia uma coisa interessante, ela não ensinava tudo pra todo mundo nem todo dia e a minha mãe a mesma coisa, a minha mãe aprendeu muito com ela, depois que ela se foi pra o andar de cima, minha mãe era quem era a pessoa responsável pra fazer o trabalho que ela fazia, então, os medicamentos tradicionais, como também pra rezar as crianças, fazer oração e dizer que o que a criança tinha incrível, uma coisa que eu acho incrível e sempre digo: eu não sei por que, como a minha mãe conseguia fazer tudo aquilo. Ela tinha uma memória fantástica. A aldeia não era desse tamanho é claro, tinha cinquenta casas, quarenta ou cinquenta casas, mas você saber sem anotar nada, saber a data de nascimento de todas as crianças da aldeia, nunca vi em canto nenhum! É uma coisa

sobrenatural! Quando tinha... Chegava uma mãe lá em casa e dizia: Dona joaninha, quando é o aniversário da minha filha, meu filho? É tal dia, tu não lembra não? E ela não era parteira pra saber, porque tinha uma parteira lá em Tramataia que anotava, mas ela sabia o dia do nascimento de todas as crianças da aldeia, todas! Uma coisa incrível e ela era analfabeta, viu! (NEL POTIGUARA)

Notamos por intermédio do relato anterior que, era uma prática comum que os anciões e anciãs utilizassem apenas medicamentos naturais, tradicionais para tratar qualquer patologia, eles tinham um vasto conhecimento do que cada planta medicinal poderia tratar, conheciam rezas para pedir proteção, como destaca o ancião ao descrever o conhecimento que sua avó detinha. Assim como Nel Potiguara, Caboquinho Potiguara aborda a perspectiva dos conhecimentos que os mais velhos detinham, destacando as rezas dos troncos velhos.

anciões esse que sabe só em olhar pra você já sabe dizer quem você é eu conheço anciões que sabem rezar ele aqui e você lá na ,sua casa, eu conheço ancião que sabe tirar qualquer um tipo de espírito que você tenha dentro da sua própria casa , eu conheço ancião que consegue ajudar outras pessoas , mas eu também eu conheço muitos anciões que já tem uma obra mentalidade que já tem outra visibilidade né, assim eu mesmo aprendi muito com vários anciões daqui, aprendi com minha mãe, meu pai (CABOQUINHO POTIGUARA)

Nestas perspectivas, nota-se que as práticas das tradições orais são essenciais para a preservação e repasse sociocultural de um Povo, as lacunas deixadas pelo processo invasivo que os Povos Originários enfrentam até os dias atuais, refletem em diversos pontos, um deles que podemos destacar é a redução de jovens que conhecem estas rezas que os anciões entrevistados comentam. Para sanar estas lacunas, os jovens e crianças devem vivenciar cada vez mais os conhecimentos dos mais velhos, a vivencia com os nossos troncos velhos possibilitaram um aprendizado mais amplo sobre a história e cultura do Povos Originários

somos parte da natureza! nós não vinhedos aqui nesse pó atoa, porque nós somos parte dela, somos parte da natureza, porque bem, eu não sei se o senhor sabe dizer, eu vim do pó e ao pó voltarei, nós somos natureza pois se eu mato a terra não estou matando-a só, eu estou me matando também eu preciso do ar, esse ar vem da natureza, eu preciso do alimento do peixe que está lá no rio ele é natureza eu também sou! Se eu acabo com esse peixe eu não tenho mais para comer, então nós somos natureza! esse ar que eu respiro, essa terra que eu caminho, é natureza!" (NILDA POTIGUARA)

nós somos filho da terra né, na realidade nascemos dela , nos criamos nela e morremos nela, até porque se não fosse através da terra né nosso território não existia água, não existia animais , não existia florestas né e nem tão pouco nós , então assim a visão indígena é um contexto que vai um atrás do outro dentro do nosso território, nós observamos não só a questão de metro , de metro de terra nos observamos muito mais que isso que só o que é a questão dos animais ,a questão de espiritualidade que também mora ali é lugar onde se pratica os rituais né, de onde se tira uma alimentação, de onde se tira água e de onde aquele contexto é um contexto muito maior do que a questão da terra por eu possa dizer esse pedaço de terra é meu! (CABOQUINHO POTIGUARA)

A partir das pesquisas realizadas e dos diálogos estabelecidos com os anciões e anciãs Potiguara, fica evidente a profunda relação existente entre a natureza e o povo indígena. A força ancestral Potiguara está intrinsecamente ligada à natureza, sendo essa conexão um aspecto comum a diversos Povos Originários do Brasil. Essa percepção da interdependência com a natureza reativa o sentido de parentesco entre os povos, ressaltando a importância de preservar e valorizar a sabedoria ancestral.

Os relatos dos anciões destacam a relação dos aspectos naturais com as referências orais, sendo a oralidade uma característica marcante da transmissão de conhecimentos e práticas tradicionais. A medicina indígena, baseada em plantas medicinais e rezas, é um exemplo disso. Os anciões possuem amplo conhecimento sobre as propriedades medicinais das plantas e dominam técnicas de cura que eram procuradas e respeitadas pela comunidade.

Desse modo, podemos destacar que, a terra para os Povos Originários, em especial para o Povo Potiguara exprime um significado além de seu sentido literal, considerando que, é a partir da terra que a vida se manifesta, assim é fundamental preservá-la. Com base nos relatos dos anciões, pode-se enxergar a oralidade como elemento de manutenção da natureza, tendo em vista, que obtemos em nossa essência a própria natureza, bem como, todos os aspectos culturais que constituem o ser Potiguara, o qual se materializa a partir das matas, os rios, da terra e de todos elementos naturais que compõem os ecossistemas.

Assim, pode-se considerar a oralidade como é uma ferramenta que não se restringe a propiciação da manutenção identitária, mas é um elemento que possibilita a manutenção da natureza, sem qual não haveria a existência humana. Imbuído neste contexto, emergem os arranjos culturais, exemplo disto, à língua, podendo considerá-la como um pilar identitário, materializada na oralidade, o qual permite à evolução, emersão e manutenção humana, em especial, a perpetuação do Povo Potiguara e demais etnias Originárias, a partir da expansão dos hábitos (costumes), culturais, sem os quais é inconcebível a existência, vislumbrando que a gênese do viver, se constitui apoiada nos aspectos do cotidiano e difusos por meio da oralidade, podendo ser moldada em língua escrita.

A ausência da escrita não impediu que os conhecimentos e registros socioculturais dos povos indígenas fossem preservados. Os anciões e anciãs mantiveram viva a memória coletiva, transmitindo oralmente as informações sobre o território, mitos, histórias e medicamentos tradicionais. Essa prática consolidou o papel das anciãs como parteiras e médicas tradicionais, responsáveis por trazer ao mundo novas gerações e cuidar da saúde da comunidade.

No entanto, é preciso ressaltar que a preservação e transmissão desses conhecimentos enfrentam desafios, especialmente diante da redução do número de jovens que têm acesso a

essas práticas e saberes. Para que as tradições orais sejam preservadas, é fundamental que os mais jovens vivenciem cada vez mais os conhecimentos transmitidos pelos anciões, fortalecendo assim a história e a cultura dos Povos Indígenas, em especial do Povo Potiguara da Paraíba.

### 3.3 A PERPETUAÇÃO DA CULTURA POTIGUARA POR MEIO DA ORALIDADE NOS DIAS ATUAIS

Os Potiguara enfrentaram um processo de silenciamento imposto pelos invasores, através de relatos de indígenas, ouvimos que os Potiguara em determinado momento não tinham liberdade para falar a sua língua materna, o Tupi Antigo, bem como abordar questões culturais, a exemplo do repasse dos saberes dos anciões, como abordado no primeiro capítulo deste trabalho.

Na realidade a colonização quando chegou aqui tinha outra visão qual era a visão desse pessoal era a visão de, na realidade eles não conheciam os índios, indígenas que moravam naquela época então a visão deles era o quê? Era fazer o resgate e tudo que existia aqui o pau Brasil, os minérios que tinha era intenção de ,de fazer o povoamento ,povoar, cabecear os indígenas de fazer, de construir uma outra, outra coisa a não ser a visão europeia neles sempre tiveram aquela visão europeia de colocar nos indígenas, só que o pensamento deles o tempo funcionou, o tempo funcionou assim de fato muito, muito grande até porque todo o território principalmente o nordeste foi ocupado porque os colonizadores agora como é que ele ocupa é que eu falo assim, e que eles traziam , eles traziam o, o a espada e a cruz, então se você não obedecer a cruz principalmente na questão da religião aí tinha a espada , a espada significava o quê? Você era morto, e muitos daqueles indígenas daquela época não optaram pela espada nem tampouco pela cruz fugiam como animais, mas depois eles eram capturados e eram subordinados a teologia deles” (CABOQUINHO POTIGUARA)

Nesse contexto, cabe ressaltar a importância da oralidade para manutenção da cultura dos Potiguara, tendo em vista que, a presença da escrita é recente nos Povos Originários, como destaca Munduruku (2018):

A escrita é uma conquista recente para a maioria dos 305 povos indígenas que habitam nosso país desde tempos imemoriais. Detentores de um conhecimento ancestral apreendido pelos sons das palavras dos avôs, estes povos sempre priorizaram a fala, a palavra, a oralidade como instrumento de transmissão da tradição, obrigando as novas gerações a exercitarem a memória, guardiã das histórias vividas e criadas. (MUNDURUKU, 2018, p.81)

Para complementar o pensamento de Munduruku, utilizaremos a abordagem crítica desenvolvido por Tiago Hakiy (2018) a qual trás a questão cultural e sua e seu repasse de saberes de maneira natural, aos quais os mais velhos eram responsáveis pelo repasse cultural e de conhecimentos do seu Povo

O contador de histórias sempre ocupou um papel primordial dentro do povo, era centro das atenções, ele era o portador do conhecimento, e cabia a ele a missão de transmitir às novas gerações o legado cultural dos seus ancestrais. Foi desta forma que parte do conhecimento dos nossos antepassados chegou até nós, mostrando-nos um caleidoscópio ímpar, fortalecendo em nós o sentido de ser indígena. Em sua essência o indígena brasileiro sempre usou a oralidade para transmitir seus saberes. (HAKIY, 2018, p.38)

Nesse sentido, durante a pesquisa de campo, identificou-se que, no Povo Potiguara, o repasse de saberes estava presente as práticas tradicionais, como o cultivo e colheita da mandioca, os encontros das famílias na casa de farinha para o preparo da farinha e do beiju, através dessas atividades as partilhas de saberes eram realizadas. Essa afirmação vai de encontro ao que Andrade, Marques, Moreira, Santos e Silva abordam sobre as perspectivas econômicas locais.

A economia e o meio de sobrevivência dos Potiguara ainda se sustentam na agricultura familiar, ou seja, grande parte da população vive do cultivo da roça (mandioca e macaxeira, feijão, milho etc.), da pesca e da cata marisco, caranguejo, siri, goiamum e aratu. (ANDRADE, MARQUES, MOREIRA, SANTOS E SILVA, 2020, p.130).

Assim como a abordagem anterior, Caboquinho em entrevista, relata as atividades e fontes de renda das famílias Indígenas Potiguara:

Dentro do nosso território nós temos vários rios, que são as coisas melhores que tem no mundo, que é a questão da água. Rio Perene, temos o mar, temos os mangues, e temos as matas. Acho que é um dos territórios indígenas mais ricos que tem, porque se for para o maranhão hoje, no maranhão, eles têm muita terra, mas não produz nada. E nós produzimos hoje aqui. O camarão, a pesca, a lagosta, o peixe... como também a cana-de-açúcar, o mamão, o maracujá e várias outras... Macaxeira (CABOQUINHO POTIGUARA).

Estas atividades que eram normais e ocorriam no cotidiano das famílias Potiguara, neutralizava o uso da oralidade pelos anciões e anciãs, percebemos estes aspectos ao pesquisar sobre a trajetória do Povo Potiguara, bem como ao ouvir relatos de familiares, anciões e anciãs. Caboquinho Potiguara, em entrevista, disse que:

O que eu vejo é o seguinte, a gente perdeu muito, porque a um tempo atrás não existia essa questão da oralidade, a questão da transferência dos mais velhos para os mais jovens, a gente sempre trabalhou no contexto completamente eurocêntrico, num contexto completamente fora da realidade nossa (CABOQUINHO POTIGUARA)

A oralidade propicia que as classes que são excluídas socialmente, que os Povos Originários ecoem a sua voz que por séculos foi silenciada e ainda obtém tentativas de memorocídio. Nesse sentido, segundo Pollak a história oral foi importante para as culturas diversas, que divergiam da europeia.

Ao privilegiar a análise dos excluídos, dos marginalizados e das minorias, a história oral ressaltou a importância de memórias subterrâneas que, como parte integrante das

culturas minoritárias e dominadas, se opõem à "Memória oficial", no caso a memória nacional. (POLLAK, 1989, p. 3)

Ao ouvir Caboquinho, interligamos a sua fala a questões abordadas anteriormente, o “não uso” da oralidade pode ser interligado a questões impostas pelos colonizadores, uma vez que os anciões eram perseguidos caso assumisse ser Potiguara, bem como podemos interligar a um aspecto abordado pela análise do discurso, a naturalização, que seria um hábito popular, tal aspecto está inserido constantemente em determinado grupo que o mesmo não percebe. Neste caso, o hábito das conversas em atividades cotidianas como a produção de alimentos (beiju, farinha), a agricultura familiar, a própria ação de levar os filhos (crianças e jovens) era um meio de repasse oral dos saberes tradicionais Potiguara, pois em conversas com familiares e conhecidos, ouvimos que nessas atividades sempre se tinha o diálogo, os mais velhos sempre estavam a contar histórias vividas por antepassados, por si e até mesmo os mitos Potiguara.

Lembro, em primeiro lugar, que as raízes da história do Brasil estão fundadas na guerra de conquista do Estado se consolidando em cima dos nossos territórios, tomando os nossos lugares de riqueza e de fartura e nos reduzindo a lugares que são chamados de parques, reservas, aldeias ou terras indígenas. Isto já é uma redução absoluta do sentido de liberdade, de soberania e de qualidade de vida que o nosso povo sempre experimentou e viveu durante gerações e gerações. Perder os territórios, perder a tranquilidade e perder o sossego foi o fruto para o nosso povo desta construção do Brasil, sendo que muitas das nossas tribos pagaram com suas vidas este processo de construção da nação brasileira. (KRENACK, 2018, p.28)

Diferentemente do que acontecia, hoje os anciões possuem uma liberdade ampla de expressão, atualmente os nossos troncos velhos podem sentar-se nas suas aldeias e falar para os seus familiares, parentes de Povo e até mesmo para estudiosos sobre a sua história, sobre a luta e resistência do seu Povo, sobre as dificuldades que se tinha na sua infância “o que a gente ver hoje é que esse contexto tá mudando, aos poucos mais está mudando”(CABOQUINHO POTIGUARA), o que percebemos nas falas de Caboquinho é que estamos tendo uma oralidade efetiva e diferente da que se tinha, pois a oralidade utilizada pelos nossos ancestrais eram naturalizadas nas suas atividades cotidianas, tendo em vista que os indígenas viviam uma repressão sociocultural, imposta pelos aspectos colonizadores, assim como, pela não consciência do que seria um repasse de tradições por intermédio da oralidade. Mesmo sem saber, os anciões e anciãs por intermédio de contar o que vivenciaram ou ouviram dos seus antepassados, eles estavam perpetuando os aspectos culturais do seu Povo.

através da prática, a oralidade é que a gente consegue fazer um trabalho mais construtivo, é um trabalho que é feito do índio para o índio, daquele ancião para aqueles mais jovens, é, não é a questão de uma forma, de uma didática que é

totalmente diferente da que a gente ver hoje, principalmente nessa questão que a gente ver no livro, diferente do que se a gente for para uma aldeia, se a gente for para uma mata, visitar um rio, um mar, enfim, totalmente diferente (CABOQUINHO POTIGUARA)

Sendo assim, reafirmamos que oralidade possui um papel de suma importância para a permanência e (re)construção cultural do Povo Potiguara, pois através dos aspectos orais conseguimos resgatar e partilhar aspectos socioculturais que são importantes para esse processo de revitalização cultural de um povo.

[...] É preciso interpretar. É preciso conhecer. É preciso se tornar conhecido. É preciso escrever – mesmo com tintas do sangue – a história que foi tantas vezes negada. A escrita é uma técnica. É preciso dominar esta técnica com perfeição para poder utilizá-la a favor da gente indígena. Técnica não é negação do que se é. Ao contrário, é afirmação de competência. É demonstração de capacidade de transformar a memória em identidade, pois ela reafirma o Ser na medida em que precisa adentrar o universo mítico para dar-se a conhecer o outro. [...] Há um fio tênue entre oralidade e escrita, disso não se dúvida. Alguns querem transformar este fio numa ruptura. Prefiro pensar numa complementação. Não se pode achar que a memória não se atualiza. É preciso notar que ela – a memória – está buscando dominar novas tecnologias para se manter viva. A escrita é uma dessas técnicas [...] pensar a literatura indígena é pensar no movimento que a memória faz para apreender as possibilidades de mover-se num tempo que a nega e nega os povos que a afirmam. A escrita indígena é a afirmação da oralidade (MUNDURUKU, 2008).

A memória é de uma importância muito relevante, por que a partir dela que você vai perpetuar os saberes e o conhecimento do Povo, certo!? E a cada dia você vai vendo através do contato com as pessoas, os anciões, você vai vendo e tudo que eles sabem hoje foi deixado por aqueles outros que já se foram também, certo!? Então essa memória ela vai se perpetuar por que vai sendo transmitida de geração para geração (NEL POTIGUARA)

Quando falamos da tradição oral, lembramos das memórias, pois através dos aspectos orais, os indivíduos abordam questões importantes para preservação de aspectos socioculturais. Para os Povos Originários, por intermédio das práticas orais preservaram a memória do seu Povo viva, repassando assim, para as próximas gerações os seus conhecimentos, saberes, perpetuando assim, a memória do Povo.

O papel do ancião ele é fundamental! por que não existe um alicerce sem aquele que já viveu, esses são quem dão suporte para toda uma história mais nem todo aquele sabe o que é o alicerce dentro da sua própria aldeia é preciso que a gente aprenda que existe a vivência e a convivência, a convivência é quando a gente convive, conviver é entender alguém o que ela tem para a gente, é na convivência que você aprende de bisavô para avô, de avô para tio e assim vai, essa é a convivência, é a transcendência de algo que tem para aquele que criou algo para si, e assim é o caminho da vida, agora enquanto aqueles que não convivem são apenas para viver, não tem nada só a vivência mesmo e nada mais e esses estão se acabando! dos que convivem estão se acabado, é difícil agora, muito difícil e aqui está assim (NILDA POTIGUARA)

Neste fragmento da entrevista com Dona Nilda, reafirmamos o papel de suma importância desempenhado pelos anciões e anciãs Potiguara, pois através das vivências com os

troncos velhos, as crianças e jovens terá um aprendizado efetivo, o que perpetuará a cultura dos mesmos, como diz Caboquinho Potiguara “muitos costumam dizer que as nossas crianças e jovens são o nosso futuro, mas, eu digo que elas não são o nosso futuro, e sim o nosso presente”, para que a nova geração Potiguara seja o presente desse povo que é marca de resistência, deve-se obter o convívio com os anciões e anciãs do seu Povo, pois eles são a biblioteca viva do Povo, as suas memórias são ricas em conhecimentos. Se não aproveitarmos o hoje para conviver e adquirir a convivência com aqueles que são alicerce do seu Povo, o amanhã poderá ser tarde demais.

Esses povos – uns e outros – estão vivos. Suas memórias ancestrais ainda estão fortes, mas ainda têm de enfrentar uma realidade mais dura que a de seus antepassados. Uma realidade que precisa ser entendida e enfrentada. Não mais com um enfrentamento bélico, mas através do domínio da tecnologia da cidade. Ela é tão fundamental para a sobrevivência física quanto para a manutenção da memória ancestral. (MUNDURUKU, 2018, p.82)

A oralidade segundo Nel Potiguara, é um ponto essencial para permanência e perpetuação cultural Potiguara: “Eu vejo como uma coisa de extrema importância e que ela não pode deixar, a oralidade não pode deixar de ser vivida, pra mim, é a coisa mais importante que tem dentro do Povo indígena, muito mais importante do que documento escrito.” (NEL POTIGUARA).

Eu vejo a memória, vejo a oralidade como uma das coisas, das mais importantes, tanto é que nesse senso eu sempre disse “vamos ouvir, dar importância a oralidade, por que é ela que mostra a verdade” a oralidade mostra a verdade, as vezes eu até discuti com as pessoas, discordava quando diziam “mostre o documento” ora, se nós não confiarmos naqueles que são os nossos verdadeiros sabedores da nossa história, vamos confiar em quem? Em um documento? Um documento pode ser falsificado, mas a oralidade será por si, não será falsificado nunca, aí você pode escrevê-la, por que você pode passar da oralidade pra a história escrita. (NEL POTIGUARA)”

Através da oralidade o Povo mantém não só as suas histórias de luta, costumes, cultura viva, mas também suas raízes, por intermédio da oralidade/memória, obtemos o conhecimento das nossas raízes, quem foram os percussores das lutas locais, quem buscou a garantia de direitos obtidos ao longo dos anos de luta, assim como informações sobre a evolução das aldeias<sup>5</sup>.

A importância das práticas orais, da Literatura Oral é além do que destacam os estudiosos, ao convivermos com a história de luta e resistência, notamos que o resgate das memórias de um Povo é essencial para aprendermos sobre a nossa própria história, sobre os

---

<sup>5</sup> Ao falar de evolução das aldeias, refiro-me ao povoamento e crescimento das aldeias, pois ao analisarmos e compararmos as aldeias hoje com antigamente, notamos que as mesmas cresceram significativamente, a cada ano, a população, indígena Potiguara cresce, o que é notório ao percorrer as aldeias dos três município (Baía da Traição, Marcação e Rio Tinto).

aspectos do nosso Povo, sobre a divisão do nosso território, sobre as nossas raízes ancestrais. A ausência desta prática por alguns indivíduos, implicará num adormecimento cultural.

A memória é, ao mesmo tempo, passado e presente, que se encontram para atualizar os repertórios e possibilitar novos sentidos, perpetuados em novos rituais, que, por sua vez, abrigarão elementos novos num circular movimento repetido à exaustão ao longo da história. (MUNDURUKU, 2018, p.81)

Para evitarmos aspectos que não são favoráveis para a perpetuação cultural dos Potiguara, devemos fortalecer o convívio com os detentores de conhecimento, os anciões e anciãs, deve-se ampliar a perspectiva de educação escolar indígena, impulsionar o contato dos troncos velhos com as novas gerações, a escola detém um papel de suma importância nesse processo como destaca Caboquinho Potiguara:

é que deve prevalecer a questão nossa, assim como estudantes, como professores, é que temos que mostrar para esses alunos aí, o que é na realidade uma política indígena, o que é uma política indigenista... o que eu vejo hoje é essa transformação e essa multiplicação de valores que a gente tem que trazer isso em mãos, principalmente em sala de aula, por que se não for na questão da educação, de outro jeito não vai. (CABOQUINHO POTIGUARA)

assim para começar eu acho que, eu acho não, eu tenho certeza que a universidade ela tem que fazer esse papel usar a questão dos conhecimentos na oralidade porque se você não tem o conhecimento da oralidade, tudo aquilo que passou praticamente foi perdido. (CABOQUINHO POTIGUARA)

Assim como as instituições educacionais de ensino das aldeias Potiguara e suas respectivas cidades, a universidade, sobretudo a UFPB, possui um papel significativo na coleta de informações sobre os Potiguara, através de pesquisas como o projeto Narrativas Potiguara e pesquisas para o desenvolvimento de dissertações, por intermédio destas coletas, adquirimos conhecimentos que auxiliaram no processo de ensino de alunos do ensino básico, bem como colaborará para pesquisas de indígenas e não indígenas. Os registros auxiliam no processo de perpetuação cultura, transmitindo a verdadeira história, a contada pelo próprio Povo, pelos anciões e ancião, que são as bibliotecas vivas do seu Povo.

Munduruku (2018) diz que: “A escrita indígena é a afirmação da oralidade. Por isso atrevo-me a dizer como a poetisa indígena Potiguara Graça Graúna:

Ao escrever,  
dou conta da minha ancestralidade;  
do caminho de volta,  
do meu lugar no mundo

Com esta crítica desenvolvida por Munduruku (2018), utilizando aspectos críticos de Graça Graúna, podemos relacionar ao pensamento de que, ao conhecermos mais sobre o nosso Povo, conhecemos a nós mesmos, assim como falar sobre os Povos Originários, possibilita que

ecoemos a nossa voz, a qual não representa apenas o “eu” e sim o nós, os nossos ancestrais que tiveram suas vozes silenciadas por séculos, “vozes silenciadas e exiladas (escritas) ao longo dos mais de 500 anos de colonização” (Graúna, 2013, p. 15), sofrendo memoricídio cultural.

Em conclusão, os Potiguara enfrentaram um processo de silenciamento imposto pelos invasores, que resultou na perda da liberdade de falar sua língua materna, o Tupi Antigo, e abordar questões culturais. A colonização trouxe consigo a visão eurocêntrica, na qual os indígenas eram vistos como objetos a serem dominados e civilizados. A imposição da cruz e da espada limitava a liberdade dos indígenas, levando muitos deles à fuga ou à submissão forçada.

A oralidade desempenhou um papel fundamental na preservação da cultura Potiguara, uma vez que a escrita era recente para os povos indígenas. A transmissão dos saberes e tradições era realizada principalmente por meio da fala, da palavra e da oralidade. Os mais velhos eram responsáveis por transmitir o conhecimento ancestral, sendo considerados os guardiões das histórias vividas e criadas.

As atividades cotidianas, como o cultivo da mandioca e a produção de alimentos, eram oportunidades para o compartilhamento de saberes. A economia e a subsistência dos Potiguara ainda estão fundamentadas na agricultura familiar, pesca e coleta de alimentos, demonstrando a importância dessas práticas tradicionais para a manutenção da cultura.

No entanto, ao longo do tempo, a oralidade foi neutralizada devido à repressão sociocultural e à falta de consciência sobre a importância do repasse dos saberes por meio da fala. A imposição dos colonizadores resultou em um contexto eurocêntrico distante da realidade indígena. Porém, hoje em dia, os anciãos têm maior liberdade de expressão e podem compartilhar suas histórias, lutas e resistências com suas comunidades e também com estudiosos. A oralidade está sendo resgatada e utilizada de maneira mais consciente, sendo reconhecida como uma ferramenta construtiva para fortalecer a identidade e a cultura Potiguara.

A oralidade desempenha um papel importante na perpetuação dos saberes e na preservação da memória do Povo Potiguara. Por meio da transmissão oral, as gerações anteriores deixam um legado para as próximas gerações, mantendo viva a tradição e o conhecimento do Povo. A escrita também tem seu lugar, complementando a oralidade e proporcionando uma forma de expressão que amplia a visibilidade e a valorização da cultura indígena.

Portanto, a valorização da oralidade e o reconhecimento da importância dos anciãos na transmissão dos saberes Potiguara são fundamentais para a revitalização cultural e a preservação da identidade indígena. Ao resgatar as memórias e compartilhá-las, os Potiguara

resistem ao processo de silenciamento imposto pelos invasores, reafirmando sua história, sua existência e sua luta como parte integrante da construção do Brasil.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Diante do exposto, pode-se concluir que a elaboração de leis que garantem os direitos dos Povos Originários, como a educação diferenciada, é um passo importante para a valorização e preservação das culturas indígenas. No caso específico dos Potiguara, a criação de escolas indígenas trouxe avanços significativos no processo de formação das novas gerações, possibilitando o contato direto com a cultura e os saberes ancestrais.

Essas escolas não apenas promovem o ensino de disciplinas convencionais, mas também estabelecem uma conexão profunda com o território, levando os alunos a vivenciarem experiências enriquecedoras em meio à natureza e aos conhecimentos tradicionais. Através desse modelo de ensino diferenciado, os jovens indígenas têm a oportunidade de desenvolver uma identidade étnica forte, fortalecendo o sentimento de pertencimento ao seu povo.

A literatura oral desempenha um papel fundamental na preservação da cultura, história e identidade dos Povos Originários. Desde os tempos mais remotos, a oralidade foi o principal meio de comunicação utilizado pelas comunidades humanas para transmitir conhecimentos, histórias e valores. A contação de histórias, como uma forma de arte milenar, desempenha um papel crucial na preservação da memória coletiva, na transmissão de saberes e na construção de identidades culturais.

No entanto, a evolução tecnológica e os desafios enfrentados pelas comunidades indígenas, como a violência e a marginalização, têm representado ameaças significativas à continuidade da tradição oral. A penetração da tecnologia e a influência da cultura dominante têm contribuído para o enfraquecimento da prática da literatura oral nas aldeias, colocando em risco a transmissão dos conhecimentos ancestrais.

É importante reconhecer a importância da literatura indígena contemporânea na reafirmação da identidade e na luta pela preservação cultural. Por meio da escrita e da publicação de suas próprias histórias, os povos indígenas têm buscado resgatar suas vozes e compartilhar suas perspectivas, contribuindo para uma cultura nacional mais plural e respeitosa das diferenças.

O silenciamento e a marginalização dos Povos Indígenas na história literária brasileira revelam a necessidade de desconstruir estereótipos e superar visões colonizadoras. O reconhecimento e valorização da literatura indígena são essenciais para promover a diversidade cultural, fortalecer a autoestima das comunidades e garantir a preservação de suas tradições literárias.

É necessário investir em políticas públicas que apoiem a produção, a circulação e o ensino da literatura indígena, além de incentivar a pesquisa e os estudos acadêmicos sobre o tema. O protagonismo dos Povos Indígenas na narrativa de suas próprias histórias é essencial para a construção de uma sociedade mais inclusiva, justa e comprometida com o respeito às diferentes expressões culturais.

Assim, reconhecendo a riqueza e a importância da literatura oral nos Povos Originários e valorizando a literatura indígena contemporânea, estaremos contribuindo para a preservação e o fortalecimento das identidades culturais, para a ampliação de vozes e perspectivas no cenário literário e para a construção de uma sociedade mais plural, respeitosa e igualitária.

Portanto, o objetivo de mostrar como a memória do Povo Potiguara permanece viva pela oralidade, foi atingido e sugere-se que novas pesquisas surjam para aprofundar o conhecimento acadêmico sobre a oralidade e manutenção de cultura dos Povos Originários brasileiros.

## REFERÊNCIAS

- ACOSTA, Alberto. **O Bem Viver: uma oportunidade para imaginar outros mundo.** (e Book). Editora Elefante, 2019.
- BARCELLOS, Lusival et al. **Diversidade Paraíba: Indígenas, Religiões Afro-brasileiras, Quilombolas, Ciganos.** João Pessoa: Grafset, 2014.
- As vozes das mulheres indígenas em poemas de Auritha Tabajara e Eliane Potiguara.** João Pessoa. 2022 Disponível em <https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/25774/1/%5bTCC%5d%20Dallet%20Is la%20Pereira%20Souto.pdf> Acesso em
- BARCELLOS, Lusival Antonio. **Práticas Educativo-Religiosas dos Índios Potiguara da Paraíba.** João Pessoa: Editora da UFPB, 2014.
- BARBOSA, Milena Veríssimo, et al. **“É HISTÓRIA VIVA, NUM É HISTÓRIA MORTA”:** narrativas potiguaras do litoral norte da Paraíba (organizadores). - João Pessoa: Editora UFPB, 2020.
- BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política.** Tradução Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- BRASIL, **Lei nº 11.645, 10 de março de 2008.** Disponível em [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/111645.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111645.htm) Acesso em 15 mar..2023.
- Desenvolvimento (LACED); Museu Nacional, UFRJ, 2002. Disponível em [http://laced4.hospedagemdesites.ws/pdfs/Indios\\_Nordeste.pdf](http://laced4.hospedagemdesites.ws/pdfs/Indios_Nordeste.pdf) Acesso em
- DORRICO, Julie, et al. **LITERATURA INDÍGENA BRASILEIRA CONTEMPORÂNEA:** criação, crítica e recepção [recurso eletrônico] / (Orgs.) -- Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2018. Educação Escolar Indígena-**Fundação Nacional dos Povos Indígenas** (www.gov.br), acesso em 15 Mar. 2023
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder.** 9. ed. Tradução e Organização Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- FRATESCHI, Luciana. **Ventos de narrativa e imaginação histórica: Ifigênia em Áulis, um estudo de representações na antiguidade grega.** São Paulo: Scortecci, 2008.
- FREIRE, Maria das Neves Padilha do Prado. **Baía da Traição. A Acajutibiró dos Potiguara.** 1985 Paraíba 400 anos. João Pessoa -1985.

LEAL, Rony Pereira; JUNIOR, Paulo Melgaço da Silva; IVENICKI, Ana. Criatividade, interculturalidade e decolonialidade: caminhos para a escola em tempos de crise. **Revista Educação e Cultura Contemporânea**, v. 18, n. 54, p. 31-54, 2021.

LIMA FILHO, Jailto Luis Chaves de. **Da Oralidade à Escrita: uma leitura semiótica de narrativas tradicionais populares**. João Pessoa. 2010. Disponível em <https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/tede/6235/1/ArquivoTotal.pdf> Acesso em

LIMA, Bernardes Andrea. A IMPORTÂNCIA DA CONTAÇÃO DE HISTÓRIAS NA SALA DE AULA: **uma proposta de incentivo ao desenvolvimento da oralidade**. Mamanguape, 2015. Disponível em <https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/tede/8939/2/arquivototal.pdf> Acesso em

LIZ, Marcela de et al. **Saberes indígenas no ensino de história: reflexões sobre a experiência dos educadores indígenas guarani da escola EEBI Wherá Tupã Poty Djá**. 2022. Disponível em <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/235992> Acesso em

MOREIRA, Terezinha Taborda. Literatura e oralidades. Belo Horizonte: **SCRIPTA**, v. 19, n. 37, 2º sem. 2015, p. 9-20. Disponível em <http://periodicos.pucminas.br/index.php/scripta/article/view/11301/9468> Acesso em

PAIVA, Maria Eudielli Paiva Gomes. **A escola indígena e a formação discente diferenciada da Abá Tapeba**. 2010 Disponível em <https://monografias.brasilecola.uol.com.br/pedagogia/escola-indigena-formacao-discente-diferenciada-da-aba-tapera.htm> acesso em 13 Mar. 2023

PALITOT, Estevão; ALBUQUERQUE, Marcos Alexandre dos Santos. **Índios do Nordeste**. Relatório de Viagem. Campina Grande: Laboratório de Etnicidade, Cultura e

POLLAK, Michael. **Memória, esquecimento, silêncio**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15. (olhar como coloca que é uma tradução) Disponível em [https://www.uel.br/cch/cdph/arqtxt/Memoria\\_esquecimento\\_silencio.pdf](https://www.uel.br/cch/cdph/arqtxt/Memoria_esquecimento_silencio.pdf) Acesso em

SOUTO, Dallet Isla. Identidade, IDENTIDADE, MEMÓRIA E ANCESTRALIDADE: Urbano, Hudinilson. Oralidade na literatura: o caso Rubem Fonseca. **Rev Anpoll**, n 11, p. 227. 2001. Disponível em <https://revistadaanpoll.emnuvens.com.br/revista/article/view/585/596> Acesso em

WEIZENMANN, Mateus. Genealogia: a constituição do sujeito moderno em torno da imbricação poder-saber. In: WEIZENMANN, Mateus. **Foucault: sujeito, poder e saber**. Pelotas: NEPFIL online, 2013.

## APÊNDICE



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA**

**CURSO DE LICENCIATURA EM LETRAS – LÍNGUA PORTUGUESA**

**QUESTIONÁRIO PARA REALIZAÇÃO DO TCC**

**DISCENTE: ÂNGELA SILVA DE LIMA.**

1. Qual o seu nome completo?
2. Data, local de nascimento?
3. Qual a sua trajetória no repasse da cultura Potiguara para as próximas gerações?
4. Qual importância da memória? E quais contribuições a oralidade propicia (contribui) para a permanência dessas memórias no Povo Potiguara?